

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE
JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

ATA Nº 021

PRESIDENTE - DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Vamos dar início à audiência pública.

Caso haja interesse de alguém da platéia interpelar os palestrantes, poderá fazer, com prévia inscrição junto ao Cerimonial, estritamente sobre o assunto. Conforme preceitua o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, o interpelado terá três minutos para a resposta.

Convido para compor a Mesa o Sr. Hélio Luz, presidente da URAMB; o presidente da UNISAL, Sr. Guiomar Rodrigues de Oliveira; e o Sr. Mineirinho, representante da CORSUL - Cooperativa dos Trabalhadores da Região Sul.

Com a palavra, o Sr. Anísio Carosini, superintendente regional do Banco do Brasil.

Todas as dúvidas que vocês tiverem nós queremos que vocês tirem. Solicito ao Sr. Anísio que dê uma palestra bem objetiva, porque nós vamos aprender sobre todas as linhas de financiamento, através das perguntas das pessoas.

Por que o PROGER, que é o Programa de Geração de Emprego e Renda, está tendo dificuldade para sair?

Por exemplo, eu perguntei sobre o PRONAF C, porque muitos companheiros da Cascata, da Aldeinha, do Bocodório, pegaram, no PRONAF C, quatro mil. Eu perguntei: Se você pagar o C?

Convido o Sr. Carlos Roberto Bencke, gerente-geral do Banco da Amazônia, para compor a Mesa, e também o Sr. Moacir Mafra, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Quero que todos tirem suas dúvidas. Por exemplo, quem pagar a primeira parcela do PRONAF C, aqueles que pegaram quatro mil, pode pegar o PRONAF D? O PRONAF D, hoje, é em torno de quinze mil, dezoito mil. Então, olhe a nossa sabedoria: pague o C e, se você já tiver estrutura, pegue o D logo. Pague a primeira parcela, não precisa pagar tudo, só a primeira parcela do D.

O Enésio está aqui e fez o financiamento do PRONAF C. Tem muitos que fizeram. Então, são essas experiências que nós vamos ter que aproveitar neste momento, porque nós temos que utilizar, temos que aproveitar mais esse acesso do Banco do Brasil.

Outra coisa que me deixa muita dúvida e isso vai ser explicado hoje, por que tanta dificuldade do FCO? Ontem, eu estava na Sapeca, uma mulher que é costureira, tem uma fábrica de costura, está precisando de setenta mil e tem dificuldade no FCO. E, hoje, o nosso FCO, por exemplo, na AGRISHOW Cerrado compra-se avião com o FCO. Só neste ano compraram mais de quinze aviões para pulverizar a roça, lavoura. Compram-se máquinas com GPS de alta tecnologia. É o dinheiro mais barato que temos hoje, o FCO. Mas o trabalhador não paga o FCO! Nós fizemos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

uma lei que destina 51% do FCO ao trabalhador, mas dizem que as garantias criam dificuldades para se pegar o FCO.

Então, esta audiência é justamente para vermos como podemos fazer. Hoje o trabalhador pode pegar o PROGER Empresarial aqui na cidade, com juros de 8,75% + TJLP, que vão para 16%, e não pega o FCO que é mais barato, que só tem juros de 8%. O financiamento mais barato do Banco do Brasil fica para os mais ricos e o financiamento mais caro fica para os mais pobres. Quer dizer, um país que tem uma inversão de valores.

Então, a reunião, hoje, será para debatermos esses assuntos, como resolvermos nossas questões.

Com a palavra, o Sr. Anísio Carosini, superintendente regional do Banco do Brasil, regiões sul e leste do Estado de Mato Grosso.

O SR. ANÍSIO CAROSINI - Deputado, é com imenso prazer que nós recebemos o convite para participar desta audiência hoje. Nós vamos estar à disposição do pessoal. Estou aqui presente, representando o Banco do Brasil. Daqui a pouquinho estará chegando um colega nosso de Cuiabá, o Olímpio, da Superintendência de Cuiabá, e temos mais dois colegas nossos, o Cleverson, que está atuando hoje como gerente da agência PRONAF, para atender os pequenos produtores aqui em Rondonópolis, e temos o outro colega nosso que está atendendo na área de pequenos empresários. Então, aquilo que eu não conseguir responder, os nossos dois colegas estão aptos para responderem.

Antes, Deputado, eu queria fazer, se me permite, duas considerações, porque tudo o que vamos falar é para o Município de Rondonópolis. Havia uma grande reivindicação dos pequenos produtores de que nós não tínhamos aqui um local para atendê-los. E nós, atendendo essa reivindicação das entidades, resolvemos fazer com que o nosso atendimento no SEAGRI fosse atendimento exclusivo para pequeno produtor e ali colocamos pessoas capacitadas para esse atendimento. Então, antes vocês tinham uma pessoa para atendê-los. Hoje, vocês têm um atendimento no posto SEAGRI, cujo gerente responsável é o Cleverson. Nós temos mais dois funcionários, um funcionário contratado e um menor para dar vazão a essas demandas.

No último trimestre, abril, maio e junho, nós fizemos liberações em mais de 50% daquilo que nós fizemos no ano passado. Então, só nesse ano, nós fizemos, até hoje, um milhão setecentos e quinze, nos últimos três meses. Até o dia 30, nós estaremos liberando mais um milhão cento e quarenta e um, beneficiando aproximadamente, com esses recursos, mais de quinhentas famílias, Deputado.

Então, nós estamos pensando nessas reivindicações, estamos fazendo algumas coisas mudarem aqui no Município de Rondonópolis, isso foi uma reivindicação de vocês. Então, esta é uma consideração importante que nós gostaríamos de passar. Alguns ajustes nós estamos fazendo, lógico, precisamos sempre estar fazendo isso aí.

O que nós queremos colocar para vocês é que o Banco do Brasil tem uma função social. O Governo Federal está impondo para o Banco do Brasil a responsabilidade, hoje, pela condução do desenvolvimento social deste país, para fazer com que as pessoas menos favorecidas também tenham acesso ao crédito. Um dos grandes problemas que nós enfrentamos é realmente essa questão da garantia. É uma explicação rápida, depois nós vamos complementando.

Nós temos a linha do FCO. O FCO, hoje, impõe realmente garantias. No ano passado, houve uma determinação que o conselho acabou regulamentando de que 51% dos recursos do FCO fossem aplicados no mini e pequeno. Nós ainda não atingimos 51% dessas aplicações, ainda não conseguimos chegar. Esse ano, na AGRISHOW, nós recebemos as propostas dos grandes produtores, cerca de um bilhão de reais, só que, infelizmente, desses recursos, ainda não saiu

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

nenhum centavo, porque nós não temos esses recursos para fazer essa aplicação para os grandes. Nós não conseguimos atingir os 51% para o pequeno produtor.

Hoje, a nossa agência de Rondonópolis não possui nenhuma demanda do pequeno produtor. É preciso que vocês, realmente, procurem a assistência técnica, no caso específico, das atividades rurais, para que ela dê orientação e faça a solicitação de recurso junto ao Banco. Agora, sim, nós podemos garantir que esses financiamentos estão saindo bem mais rápido. Esse é o momento adequado para vocês fazerem a demanda, porque o recurso vai chegar no momento adequado para vocês, antes das chuvas e da preparação da terra. Então, realmente esse é o momento para vocês fazerem os pedidos.

Deputado, há uma outra consideração que eu queria fazer. Ontem, o Banco do Brasil também resolveu inovar, aproximando-se das lideranças. Ontem, nós fizemos um encontro em Cuiabá com as lideranças dos diversos segmentos, como o SMT, MTA. Estiveram participando várias entidades em Cuiabá. Nós estivemos, ontem, discutindo exatamente isso aqui, quais são as novas formas de estarmos nos aproximando de vocês para que possamos sair com esse crédito mais fácil e mais ágil. Fizemos uma prestação de contas dessa evolução, 2002, 2003 e 2004. Então, essa evolução, alguns números são realmente muito diferentes do que se aplicou.

Em Rondonópolis, em 2002, foram aplicados apenas um milhão e setecentos. Na safra de 2003 e 2004, foram aplicados cinco milhões e setecentos. Neste ano, um milhão setecentos e quinze até agora, mais um milhão cento e quarenta e oito que nós vamos estar liberando até o dia trinta. Ou seja, houve uma evolução fantástica desses números para vocês. Então, é pouco ainda, mas já houve uma grande evolução neste número.

Na área do PROGER Empresarial, qual é a grande dificuldade que nós temos? FCO e PROGER. O FCO, nós não possuímos ainda o seguro garantia que existe no PROGER. O Governo Federal, alguns anos atrás, lançou o FUNPROGER, era um fundo de amparo para suprir as garantias que eventualmente o pleiteante não tem. Ele criou isso e é mais fácil. Então, as pessoas que não possuem garantias habilitam-se no FUNPROGER. O FCO não possui esse seguro garantia para cobrir. Por um dever constitucional, o Banco do Brasil tem que obrigatoriamente acolher garantias. O FCO exige que para cada centavo emprestado, tem que ter, no mínimo, 140% de garantia. Então, é uma exigência constitucional que nós não podemos deliberar sobre isso, é garantia real. Então, para quem quer investir, está comprando uma máquina, por exemplo, uma máquina de dez mil reais, ele estaria precisando de quatorze mil reais de garantia.

Então, nós não podemos, pelo dever constitucional, fugir dessa normativa que o fundo exige. Então, por isso essa diferença. Por isso, muitas vezes, quando vocês pleiteiam, eu digo: Olha, não há possibilidade de estar financiando para você o FCO, mas existe a possibilidade de estar financiando no PROGER, exatamente por essa questão da garantia.

Eu estou à disposição de vocês. Queria fazer essas duas considerações da reaproximação com o grupo de pessoas, essa transformação no Município de Rondonópolis com a criação da nossa agência. Na próxima etapa, estaremos lançando a partir do dia 19 de julho o mutirão PRONAF. Nós teremos uma equipe rodando o Estado de Mato Grosso e nós teremos aí em cada localidade pessoas para fazer o atendimento das pessoas, dos assentados e de todos aqueles que precisam. Esse mutirão PRONAF vai começar no dia 19, se não me engano, na cidade de Cáceres, e estará passando até o final do mês em Rondonópolis.

Então, vocês todos receberão antecipadamente a orientação de qual é a data que estaremos atendendo no Município de Rondonópolis, independentemente do atendimento normal.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Neste momento, eu abro a palavra para a comunidade. O primeiro inscrito é o Sr. Paulo José, engenheiro.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE
JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

Todas as perguntas serão registradas em ata. Eu quero que o pessoal do Cerimonial pegue o nome das pessoas que quiserem usar a palavra. A palavra está aberta a todos, tanto da Mesa, quanto da platéia.

Com a palavra, o Sr. Paulo José.

O SR. PAULO JOSÉ - Eu só gostaria de perguntar com relação aos 51%. Esses 51% são relativos apenas ao FCO rural ou ele inclui o FCO empresarial para o pequeno empresário?

O SR. ANÍSIO CAROSINI - Não, os 51% incluem... Na verdade, nós temos o recurso do FCO Empresarial e temos o recurso do FCO que será um atendimento na agricultura. Do total dos recursos, os 51% do total dos recursos têm que ser para o mini e o pequeno. E aqui, digamos, 50% desse recurso, normalmente são aplicados na área empresarial, 50% dos recursos na agricultura. Então, isso são recursos totais. Recursos totais tem que ter 51%, somado empresarial e rural.

O SR. PAULO JOSÉ - Eu pergunto porque estamos acompanhando alguns pequenos empresários que estão pleiteando esses recursos, nós tivemos dois, nesta semana e na semana passada, que foram recusados. Disseram que o FCO tinha fechado, que estaria encerrado, pelo menos, momentaneamente, não se sabia por quanto tempo. Eles estavam orientando para que se fizesse o PROGER. Eu gostaria de uma posição a respeito disso.

O SR. ANÍSIO CAROSINI - Veja bem, hoje, qual é o problema que nós temos no FCO? É legal essa pergunta. É bom que façamos esclarecimentos a respeito do FCO, porque gera muita confusão realmente.

Veja bem, o recurso do FCO... Hoje, não temos recurso para o Estado de Mato Grosso. O Governo Federal, no ano passado, ficou de fazer um investimento de um bilhão de reais com o recurso do FAT, só que depende de fazer uma equalização das taxas. Qual é essa equalização? Os recursos do FAT têm que ser remunerados com o TJLP, enquanto a aplicação dos recursos do FAT é de 8,75%, ou seja, há uma diferença de quase 5% para que o Governo Federal tenha que bancar isso, para que esse recurso advenha e nós possamos reemprestá-lo como recurso do FCO. Então, isso não aconteceu ainda. Como isso não aconteceu no Estado de Mato Grosso, hoje nós não temos recursos para emprestar pelo FCO, para o médio e o grande. Para o pequeno existe recurso, para o pequeno, para o mini e pequeno, nós temos recursos. Então, é preciso que nós verifiquemos isso, qual a classificação, quando nós fazemos uma proposta. Por que não está saindo? Nós não estamos captando, porque hoje nós estamos impedidos até de acolher carta consulta para remeter para o CDA, porque realmente não tem recurso para fazer esse frete.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Dr. Anísio, explique de uma forma simples, porque esta audiência pública tem que ser mais explicativa, bem simples.

Como uma pessoa pode adquirir recursos através do FCO ou do PROGER? Muitas vezes a pessoa entra com a carta consulta e fica como essa empresária que falou: "Olha, eu estou lá esperando e está demorando para sair.". Por quê está demorando? Esses dias eu mandei uma carta para Dom Conrado, tem mais ou menos seis meses, pedindo a relação... Há mais de dez pessoas que têm o PROGER, mas a linha de financiamento do PROGER não está saindo. O que está acontecendo? O que está faltando? A pessoa está tendo dificuldade nesse acesso ao Banco. Não seria bom se tivesse um lugar só para o FCO, do pequeno e do médio, e um lugar só para o PROGER e para o PRONAF?

O SR. ANÍSIO CAROSINI - É exatamente isso que nós fizemos no PRONAF. Atendendo a reivindicação de vocês, hoje, o PRONAF está centralizado exclusivamente na agência que o Cleverson é responsável.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE
JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

Na área do PROGER e do FCO, a Agência Rondonópolis, hoje, também estaria cuidando disso. É o nosso companheiro Hugo que está cuidando disso.

Então, vejam bem, eu vou explicar mais uma vez a questão do FCO e do PROGER.

Na área rural, não há qualquer problema hoje. Eu acredito que não esteja havendo qualquer problema. O que nós temos hoje é uma demanda na área empresarial.

FCO, como é que nós fazemos hoje o FCO? Para eu acolher uma proposta de FCO, primeiro, hoje, eu preciso de uma carta consulta. Então, eu tenho, hoje, que acolher uma carta consulta, dizendo: “Olha, o Hugo pretende construir, fazer alguma coisa na área de móveis...” Eu pego essa carta consulta e encaminho para o conselho que se reúne mensalmente em Cuiabá, que acolhe ou não essa carta consulta. “Pode acolher o projeto”. E delibera: “Está enquadrado naquilo que o conselho determina que seja aplicado”. Aí ele volta para nós. A análise dessas cartas consultas tem demorado três a quatro meses para ser reunida em Cuiabá. O conselho de Cuiabá reúne-se e define onde é que vai aplicar o dinheiro.

Então, essas cartas consultas têm demorado três a quatro meses, realmente, para serem aprovadas e voltarem para as agências. Então, nós temos dificuldades, principalmente de remessa nossa para o conselho. O conselho diz: “Olha, precisa corrigir determinada coisa, ou especificar tal ponto daquela carta consulta.” Então, há realmente, um trâmite demorado.

Então, nós estamos, aqui na Agência Rondonópolis, centralizando isso, para que, quando eu remeter alguma carta consulta, já estejam especificados todos os itens daquele financiamento, para que não chegue no conselho e seja devolvido para nós. Então, essa é uma dificuldade que nós temos com o FCO.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - A palavra está aberta.

O SR. ANÍSIO CAROSINI - Quanto ao PROGER, é bom deixarmos uma informação. Para o PROGER, até vinte e cinco mil reais, não é necessário fazer um projeto, simplesmente uma cartinha consulta ao Banco, não precisa realizar o projeto. Acima desses valores, obrigatoriamente, tem que ser realizado um projeto por uma empresa especializada.

No FCO, até cem mil reais está dispensado, acima de cem mil, obrigatoriamente tem que confeccionar o projeto com uma empresa especializada.

O SR. HÉLIO LUZ - Eu sou Hélio Luz, Presidente da URAMB.

Quero parabenizar o Deputado Zé Carlos do Pátio por mais uma audiência pública nesta cidade. Também parabenizo todas as pessoas que aqui estão. Vejo várias pessoas no ramo da atividade, Deputado, com certeza, que aqui vieram ter melhores informações com relação aos recursos.

Nós estamos aqui mexendo com uma cooperativa. Eu já procurei o BASA, o Banco do Brasil e não veio uma resposta muito satisfatória. A informação que eu tenho, aqui está o gerente do BASA, é que não tem recurso para emprestar para cooperativas nem associações. Eu não consigo ter esse entendimento, porque o governo fala que o povo tem que se organizar no ramo do cooperativismo e não dá apoio? Não dá apoio, porque não pode nos dar garantia nenhuma. Eu acho que precisava ver.

O Deputado Zé Carlos do Pátio, há algum tempo, fez uma audiência pública aqui no SEBRAE para falar disso. Depois, o Vereador Juca também fez. Todos nós fomos procurados pelo Renato, fomos ao Banco e o Banco não deu resposta, falou que não podia. Eu não sei como está.

Eu gostaria de dizer que também sobre o prazo, porque uma firma não pode ter menos de seis meses de existência. Não tem como. Não poderia ser desde o início? A pessoa vai

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

constituir e já precisa de recurso. Então, é isso que eu gostaria de deixar na minha fala, nesse sentido.

O SR. ANÍSIO CAROSINI - Eu poderia até, Deputado, esclarecer duas coisas. O Governo Federal estará lançando, na próxima semana, não sei se vai ser na segunda-feira, provavelmente, dentro de mais alguns dias, o projeto que ele está chamando de Primeiro Emprego. Junto com ele está atrelado um recurso para que os jovens empresários... (VIRADA DE FITA)

O SR. PARTICIPANTE - ...nos procurou para esse financiamento mesmo. Explicando, fui lá e falei: então, eu vou fazer para comprar máquina. Fiz tudinho. O Banco pediu toda documentação, levei, precisava de outros, levava, inclusive, foi entregue para o Hugo, e fui aguardando. Aguarda, aguarda e nada! Fui lá no Banco e ele estava de férias. O outro me falou: “Estão esperando, quem sabe vai sair para você porque a sua documentação está toda em ordem, a sua documentação está boa.” E o dinheiro... Igual ele falou aí, vinte e cinco mil. Não saía e não saiu. Eram vinte e cinco mil mesmo para máquina, e não saiu. Isso já têm três meses. Deixei lá no banco toda documentação, pode procurar lá. Você pode procurar porque é da nossa serrallharia, ele nos conhece muito bem e estamos aguardando toda vida. Nós queremos saber se isso aí têm condições; se não tem, nós também desistiremos.

O SR. ANÍSIO CAROSINI - O Hugo, que é o nosso Gerente de Contas, responsável pela área de PROGER, na Agência de Rondonópolis, poderia falar. É importante esclarecer que experiências como essas são importantes nos passar para serem verificadas. Lógico que existe análise individual de cada um, quando se analisa cadastro, capacidade de pagamento, verificar se aquilo que está sendo pleiteado você teria condições, realmente, no futuro, de pagar.

Só um dado, Deputado, que nós gostaríamos de passar para os senhores. Até essa questão do PROGER, eu peguei agora à tarde alguns números: este ano já foram investidos, aqui no Município - aí o Hugo, logo após, poderá falar sobre isso aí - cinco milhões, oitocentos e noventa e quatro mil reais PROGER no Município de Rondonópolis. Cinco milhões e oitocentos, quase seis milhões de reais. Só que a nossa inadimplência no PROGER, hoje, está em 16.7 do total ao projeto. Isso aqui nós estamos falando de empresarial, informal e tudo o mais. Então, são 16% de inadimplência. Quando se chega num percentual de 3.6, por uma determinação governamental, somos obrigados a segurar os financiamentos até que se estabilize naquela linha. Hoje, o informal está em 24% e o empresarial está em 3%. Hoje conseguimos chegar abaixo dos 3.6, e agora estamos começando a analisar novamente os casos do PROGER. É importante esclarecermos isso, também, que, às vezes, por determinações governamental, ficamos impedidos de conceder novos financiamentos até que isso aconteça.

Nós estamos falando da linha de crédito, não é o cliente, não é individualmente. Estamos dizendo o seguinte: Eu tenho emprestado, hoje, vamos dizer, cinco milhões e oitocentos para o PROGER, para cerca de, se não me engano, duzentos e trinta - não me lembro o total aqui, não peguei esse número - mas com essas pessoas todas existem uma inadimplência na área informal de 24%, e na área empresarial de 3%. Ou seja, quando eu ultrapasso 3.6, sou obrigado a segurar os novos financiamentos até adequar essa questão. Só por isso.

Passo a palavra ao Hugo.

O SR. HUGO - Boa-noite a todos!

Vamos ver se conseguimos esclarecer para vocês, de uma maneira bem simples, como é que as coisas estão acontecendo.

O Banco do Brasil, em primeiro lugar, sempre teve o seu histórico, a performance de fazer um acompanhamento da pequena e da micro-empresa, procurando levar o crédito e as condições para que se desenvolva, até porque nós sabemos que é na micro e pequena empresas que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

se geram o maior número de empregos neste País. Quando começou esse projeto do Deputado, em Cuiabá, o seu assessor veio nos procurar na Agência Centro, e dissemos a ele que tínhamos a maior boa-vontade em atendê-lo, até porque é interesse do Banco do Brasil levar esse crédito ao micro e pequeno empresários. Na época, o projeto era todo ele feito em cima do FCO, e existia recurso para o FCO. Acontece que, à medida que fomos analisando, os recursos do FCO acabaram, não nos foi mais permitido, não tinha recurso.

E aqui eu quero esclarecer uma coisa a vocês. São três pontos importantes, quando se fala em crédito, que têm que ser analisados. Primeiro: o recurso, que é fundamental. Se não tem recurso, não tem como levar o crédito para você. Em segundo lugar: limite de crédito; e, em terceiro lugar, a garantia.

Aqui eu abro um parêntese para o limite de crédito. O que é limite de crédito? Limite de crédito é um número que o Banco estabelece em função do que o cliente apresenta para ele, ou futuro cliente, ou quem já é cliente do Banco apresenta para ele. Ou seja, o faturamento, tempo de existência da empresa, tempo de conta com o Banco do Brasil, diferença de crédito com o Banco do Brasil e por aí vai... Várias performances que nós analisamos, que o nosso sistema analisa. Em cima disso ele estabelece um número "x" que vai ser o seu limite de crédito. Aí é que causa alguns problemas. Por quê? Porque, se a pessoa não tem limite de crédito suficiente para chegar àquilo que ela quer de financiamento, não é possível financiar, não temos como fazer, não existe condição de fazer isso.

Nós temos alcançado crédito para muitos micros e pequenas empresas sem problema nenhum. Acontece que temos que analisar os números. Temos que fazer isso e é uma coisa que não podemos passar por cima disso. Existem as condições e temos que fazer. Nós temos a boa-vontade, estamos analisando e tudo que entra lá, que é possível fazer, fazemos.

Eu estava dizendo para o assessor de Vossa Excelência, esses dias, que esses projetos que entraram como FCO, vamos ter que direcioná-los, nesse primeiro momento, para ver se conseguimos atendê-los para o PROGER. O que nós pudermos fazer dentro do PROGER, vamos fazer, como já vínhamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Aí é que eu queria, Sr. Hugo, colocar a dúvida que tenho, e é aí que é a minha tristeza. Quer dizer, para a sua vontade está correto. Olha só o que ele falou: "Se não der para o FCO, nós vamos fazer o PROGER empresarial, o PROGER informal." Quer dizer, ele está com vontade de resolver. Mas o que eu fico triste é que o FCO, que é aquele que não tem a TJLP, que não tem a correção monetária, esse que é o bom, esse que é o filé *mignon*. Por exemplo: esse senhor aqui, ele pediu o FCO, e olha só como este País é de contradição, não é culpa de vocês que são técnicos, mas vêm de Brasília as normas. Ele pediu um FCO, o FCO não sai porque exigem tantas garantias dele, ele tem que ter uma média de renda no Banco... Esse dinheiro é barato, são 8% ao ano, não tem correção monetária, não tem nada. Se eu pegar cem mil, daqui a um ano o meu dinheiro custa cento e oito mil. Os senhores estão entendendo? Agora o outro, se ele pegar cem mil, no outro ano vale cento e dezesseis mil. São oito mil a mais.

O que eu quero colocar? Eu quero colocar que a minha mágoa é que o FCO tem que mudar, inclusive venho batendo nisso muito forte lá, falei com Alexandre César, fiz alguns encaminhamentos, porque, do jeito que está, só pega o FCO quem tem poder econômico, quem tem renda média no Banco do Brasil. O PROGER empresarial, esse até que não é difícil pegar, não, não exige essas coisas, tem um fundo de aval. Então, esse facilita. É essa engrenagem que eu queria ver se o próprio Banco pode nos ajudar a facilitar em algumas coisas para que possamos distribuir renda na nossa cidade. Porque, na verdade, o dinheiro do FCO está ficando no Banco.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

O Governo Lula teve uma iniciativa boa, 51% do dinheiro do FCO vai ficar para o pequeno e o médio. Ótimo, todo mundo aplaudiu. Mas as garantias são tão grandes que o dinheiro está lá parado no Banco. É isso que está acontecendo. Quer dizer, deu condição para que metade do dinheiro fique para o trabalhador, para o mais humilde, mas as exigências são tão grandes que o dinheiro fica parado no Banco. Daí nós temos que pegar o dinheiro mais caro. Vocês estão entendendo o meu raciocínio?

Então, o que eu quero do Banco do Brasil é ver formas para ajudar a facilitar para a classe trabalhadora. Foi bom ele, como homem do povo, colocar o exemplo dele, de que está lá esperando para ver o que o Banco pode fazer para ajudá-lo nesses encaminhamentos, para, ao invés de pegar o PROGER empresarial, ou PROGER informal, ou PROGER formal, ou COPERFAT, que ele pegue o FCO. Eu achava que o Banco... Eu sei que você também não pode comprometer sua profissão, tem que cumprir normas, mas poderia dar uma analisada, como vocês poderiam fazer para ajudar nisso daí. É lógico que nós vamos continuar brigando, lá em Brasília, porque o dinheiro mais barato, eles estão usando esse dinheiro... O grande está usando esse dinheiro e existe um corporativismo muito grande que não deixa mudar a lei para que o pequeno possa usar, justamente para sobrar dinheiro e, lá na frente, ele dizer o seguinte: “Olha, como o pequeno não usa, então vamos passar para o grande produtor usar”. Entendeu? Essa é a minha preocupação política.

O SR. HUGO - Uma outra coisa que eu quero esclarecer aqui para todos vocês - até tivermos que conversar sobre isso com o assessor de Vossa Excelência -, primeiro, dizer para o Deputado que, se conseguir o dinheiro, nós vamos colocar dinheiro nessa praça para não acabar mais. A nossa intenção é essa, como agente financeiro, levar o dinheiro para o povo. Se nós tivermos esse dinheiro para levar, com certeza...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Dr. Hugo, dinheiro tem! Dinheiro tem, o que está tendo é dificuldade para o trabalhador pegar o dinheiro no Banco. Dinheiro tem! O problema não está sendo mais o dinheiro porque está sobrando dinheiro no Banco. O dinheiro do FCO está sobrando, o povo não está conseguindo gastar o dinheiro do FCO, porque estão exigindo tanto... Mas sabemos que não é culpa do senhor, não é culpa do Dr. Anísio, isso é federal. Está acontecendo isso e nós estamos batendo duro lá em Brasília. Mas é importante, também, mesmo assim, vocês criem mecanismos para nos ajudar a liberar o mais rápido os FCOs das pessoas, um exemplo dele, um outro exemplo de outros pequenos torneadores que já me pediram, marcenarias. Eu acho isso importante.

O SR. HUGO - Com certeza, Deputado, o que estiver ao nosso alcance, o que pudermos fazer para ajudá-los, se não der de um jeito, não der no FCO, der no PROGER, o que pudermos fazer, nós faremos.

Uma outra coisa que eu gostaria de esclarecer para os senhores é o seguinte: essa ponte se estabeleceu comigo lá na Agência Centro para atendê-los, para explicar, para tirar as dúvidas de vocês com relação às linhas de crédito. Agora, eu preciso que vocês entendam que a Agência Centro é uma Agência grande, enorme, com sérios problemas para atender todo mundo. Aqueles que têm conta, cadastro numa das nossas outras agências, teremos que encaminhar para lá, até porque o limite de crédito vai ser feito lá, toda história dele está naquela outra Agência. Então, depende do gerente de lá liberar. Também tem tudo isso aí. Lógico que tudo que pudermos fazer, na minha pessoa, para orientar vocês, para que tenham esse atendimento, será feito, com certeza, não tenham dúvida. Nós estamos aí, essa já é a história do Banco do Brasil, estamos sempre juntos com vocês para tentar levar esses recursos para vocês. Muitas vezes nos sentimos de mãos amarradas e com dificuldade de fazer isso, mas, se estiver ao nosso alcance, podem ter certeza, qualquer dúvida estarei aí para responder. Muito obrigado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero ler duas perguntas da Sr^a Maria Erenildes Oliveira Melo: “O que precisa para abrir um açougue?” É uma pergunta boa. “O que precisa para abrir um açougue?”

“Cadê o programa voltado aos pequenos produtores? Na verdade, não existe...”

Eu vou deixá-la falar.

A SR^a MARIA ERENILDES OLIVEIRA MELO - Cadê o Programa voltado aos pequenos produtores? Na verdade, não existe. Quando o pequeno entra no Banco, já encontra dificuldade de informação; quando ele entra com uma informação, já foram mudadas; quando ele encontra a informação, na verdade, já estão superadas, já foram mudadas.

Quem tem que ter as informações são os pequenos; os pequenos é que precisam ter as informações.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu dou um exemplo muito claro do que aconteceu com os pequenos, Dr. Anísio, do PRONAF-A. Eles foram pagar o PRONAF-A em novembro. Daí os funcionários do Banco do Brasil falaram: “Não, vocês podem pagar em março!” Daí eles esperaram março. Venceu, depois não tiveram o rebate. Eram para pagar setecentos, oitocentos reais, foram pagar mil e oitocentos reais e eles não conseguiram pegar o PRONAF-C, foram penalizados duas vezes por causa do gerente de um Banco que passou uma informação errada para eles. Primeiro, que eles foram pagar em novembro, chegaram lá em novembro com o dinheirinho, porque trabalhador humilde paga, o pessoal gosta de pagar as coisas direitinho. Eles foram lá para pagar, e o gerente falou: “Não, podem pagar em março.” Foram pagar em março, foram multados, não conseguiram o rebate.

Então, essa pergunta é interessante. Além disso, eles perderam o PRONAF-C, que iriam pegar sete mil, cinco mil de investimento e dois de custeio.

A pergunta dessa companheira que não falou o nome é interessante. Depois tem outras perguntas, eu vou passar três perguntas, e vou pedir para o Guimar fazer a pergunta dele e daí...

Ele está dizendo que para ter uma conversa com o gerente do Banco teve que ocupar o Banco, porque não tinha conversa. Quer dizer, teve dificuldade de diálogo. Eu vou ser sincero, não são todos, o Dr. Anísio estou conhecendo hoje aqui, estou conhecendo o Dr. Hugo, são pessoas humildes, mas a cultura do Banco do Brasil é uma cultura de que só atendia os grandes, nunca atendeu o pequeno. E a relação social deles para o pequeno é muito pequena, agora que está mudando, está aparecendo alguns... Lamentavelmente, perdemos um desses dias que nós gostávamos muito dele, todos gostavam dele e isso faz com que... Pois é, mas têm uns que complicam, tem gerente do Banco aqui que, ao mesmo tempo em que as pessoas elogiam sua pessoa, Dr. Anísio, têm alguns gerentes aqui que complicam, põem dificuldades em tudo para a gente.

Eu vou passar a palavra para o Guimar e depois você responde todas as perguntas.

O SR. GUIOMAR - Quero parabenizar o Deputado Zé Carlos do Pátio pela iniciativa da audiência pública e cumprimentar a todos vocês presentes.

Eu gostaria de pedir a compreensão dos representantes do Banco do Brasil, vou fazer algumas colocações, algumas críticas e espero que sejam críticas construtivas, que sirvam de alerta para que possamos, de fato, ter um Banco do Brasil para os brasileiros. Não conheço o atendimento do BASA - Banco da Amazônia, mas eu acho que aqui também deveria estar presente um representante da Caixa Econômica Federal, que são Bancos públicos...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Só um instante.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE
JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

Acaba de chegar o Dr. Olímpio, que é da Superintendência do Banco do Brasil de Mato Grosso, uma das maiores autoridades do Banco do Brasil de Mato Grosso e veio aqui para participar da nossa audiência pública.

Quero convidá-lo para fazer parte da Mesa.

O representante da Caixa Econômica Federal está aqui? (PAUSA) Quero convidar o Dr. Luiz para fazer parte da Mesa.

O SR. GUIOMAR - Então, o que se vê no atendimento nos bancos públicos é que os Bancos são para os grandes. Quando nós vemos a proporção de investimento dos bancos relacionando a micro, pequena, média e grande empresa, o que foi gasto na AGRISHOW? Então, quando o Banco lança uma linha de crédito, primeiro tem que ver o que eu tenho para ter direito a esse crédito. Quando não tenho muito a oferecer, também não tenho direito ao crédito. E acho que isso é ruim. O que eu vejo, também, é que há uma distorção de informação, porque o Governo Federal passa uma informação, quando você vai no Banco, ou já acabou ou ainda não chegou. Em todos os Bancos públicos são assim, principalmente no Banco do Brasil.

Só como um exemplo, no final do ano passado teve uma pessoa que foi ao Banco do Brasil para perguntar: “Como é que eu faço para pegar o PIS-PASEP?” O funcionário do Banco disse: “Não, só quando você aposentar.” Quando foi no mês passado, chegou um comunicado do Ministério do Trabalho de que essa pessoa teria direito a um salário mínimo, no Banco do Brasil. Quer dizer, existe distorção de informação. O que nós queremos é que o Banco do Brasil seja de fato para os brasileiros.

Como bem disse o Hugo, onde gera o maior número de empregos são nas micros e pequenas empresas. Só que, quando se cria uma pequena empresa, uma microempresa, você tem que ter seis meses, um ano de criação, de fundação para poder ter acesso a esse direito. Mas, quando uma criança nasce, tem que ter ajuda de alguém para poder crescer, para poder dar os primeiros passos. Depois que a criança dá os primeiros passos, se ninguém a ajudou, também não vai precisar mais, ela já deu os primeiros passos, já pode crescer, pode andar, pode correr sozinha. Então, eu acho que tem que haver uma sintonia entre os funcionários dos Bancos relacionado à informação que o Governo passa. E acho que, quando chega uma informação, vamos supor, o Deputado Zé Carlos do Pátio disponibilizou um funcionário para procurar os funcionários dos Bancos públicos que aqui estão presentes. Esse funcionário trouxe a informação de que o Deputado pediu para que ele fizesse o convite para que vocês estivessem aqui. Se ele distorcer essa informação, vocês iriam chegar aqui e não saberiam o que falar.

E acho que é o que está acontecendo entre o Governo Federal com essas linhas de créditos, com o PROGER, com o FCO e os funcionários dos Bancos.

Eu não me lembro agora, se foi no final do Governo Collor ou se foi no Governo Itamar Franco, quando o Governo passou a informação de que o Governo Federal disponibilizaria, no Banco do Brasil, dinheiro para comprar chácaras para resolver o problema da reforma agrária. Eu mesmo fui ao Banco do Brasil e me falaram: “Ah, não, não existe esse recurso.” Quer dizer, quem é que está passando a informação distorcida, é o Governo Federal ou falta vontade do Banco do Brasil em disponibilizar esses créditos e contribuir para com o desenvolvimento do País?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Com a palavra, o Dr. Anísio, para responder as três perguntas.

O SR. ANÍSIO CAROSINI - Bom, eu vou tentar começar... (VIRADA DE FITA) ...obrigatoriamente que ela tenha uma empresa montada, essa é uma condição *sine qua non* para realmente ter acesso ao crédito do PROGER Empresarial.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE
JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

Agora, o que precisa ser analisado numa operação, para que a pessoa possa montar um açougue? Logicamente, ela terá que fazer um orçamento, dizer: “Olha, eu preciso de uma geladeira, de um minifrigorífico, balança...” Eu não sei os nomes certos.

É preciso ter um orçamento, e nós analisamos em cima do investimento. Digamos que o investimento para montar um açougue fique em R\$15.000,00. Então, eu preciso fazer uma adequação. Eu vou dar R\$15.000,00 para essa empresa e ela vai vender quanto por mês? Ela vai ter um custo para comprar a carne, para abater o animal e fazer a venda desse produto. Muito bem, ao final da venda, o custo operacional que ela tem, com empregados e tudo mais, digamos que fique em... Ela vende R\$10.000,00 por mês de carne, esse custo fica em R\$8.000,00, sobram para ela R\$2.000,00 por mês, para que ela faça face às suas despesas pessoais. Aí, o banco computa: eu vou dar R\$10.000,00 para ela pagar em cinco anos - isso aqui é geral, para fazer uma simulação. Dez mil, ela vai pagar em sessenta meses, isso vai dar em torno de R\$1.800,00 por mês. Sobrariam os R\$2.000,00 que ela tem. Daria para pagar a prestação do investimento e mais os custos com as despesas com pessoal que ela teria? Então, ela teria capacidade de pagamento, e eu poderia dar o dinheiro para ela montar o seu açougue.

Esta é a análise técnica que obrigatoriamente nós temos que fazer. Então, nós passamos para a segunda análise: ela possui garantia suficiente para amparar aquilo que o gestor pensou quando criou a operação? Daria para fazer ou não? Essas são análises que o Banco do Brasil faz.

A outra coisa que também é imposta pelo normativo de quem criou o programa é a seguinte: esta pessoa, para ter acesso ao crédito, não poderia ter nenhum impedimento restritivo, ou seja, não poderia ter o seu nome incluído no SPC, SERASA ou CADIN ou ter dívidas com o Governo Federal. Essa é a análise que nós fazemos. Então, para abrir um açougue, é preciso, primeiro, saber se não existe nenhum desses impedimentos e se já existe a empresa montada.

A respeito dessa pergunta sobre o programa para os pequenos produtores, eu gostaria de fazer duas considerações. Existe um programa governamental voltado para o pequeno produtor, ocorre que nós temos que diferenciar o programa voltado para o pequeno produtor, aquele que já possui a sua área, que é individual, do outro programa, que é o programa de assentamento que o Governo Federal tem.

E é preciso que nós separemos essas duas coisas. Existem os dois programas para atendimento, ocorre que existe muita informação distorcida quanto a essas questões. Quando o Governo Federal lança um programa, ele também coloca lá algumas regras que precisam ser obedecidas.

Então, a informação chega para todos nós assim: o Governo Federal liberou vinte e oito bilhões de reais para custeio da safra agrícola do próximo ano. Dão essa informação, só que esquecem que existem algumas regras que precisam ser cumpridas. Ou seja, para ele se habilitar, primeiro, é preciso ser o A, depois vai para o B, depois para o C, depois para o D... Então, há regras que estão contidas nas normas e que obrigatoriamente o Banco do Brasil, o BASA, a Caixa Econômica Federal têm que cumprir. E isso, às vezes, inviabiliza as operações dos programas que ele mesmo criou. Então, é preciso que tenhamos esta visão também, porque a informação chega, mas não chega completa.

E quando o Governo Federal faz o anúncio, ele faz anúncio só daquele programa que ele quer atingir. Agora, é preciso que vocês procurem, e para isso existem as empresas de assistência técnica, para dar consultoria para vocês.

Então, o Governo Federal cria o normativo, ele cria o programa, e as empresas de assistência técnica devem dar não só assistência técnica para os grupos de pequenos produtores,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

como também dar as informações necessárias a isso. Existem também associações, por isso o próprio governo determina e orienta que seja feito através de associações, para facilitar esse entendimento.

Agora, imaginem vocês, voltando também a falar um pouco sobre atendimento, hoje, nós do município de Rondonópolis atendemos cerca de cinco mil e seiscentos assentados. Imaginem vocês cinco mil e seiscentas pessoas indo todo os dias no banco. Não tem a mínima condição realmente de atendimento.

No ano passado nós reunimos algumas lideranças, convidamos várias lideranças a participarem de um bate bola conosco, mas poucas pessoas vieram participar. Só que as pessoas que participaram ouviram o nosso interesse e ouviram de todos que nós estávamos fazendo o possível para fazer as liberações, inclusive fizemos liberações fora do prazo que o governo havia determinado. O Governo determinou, no ano passado, que nós recebêssemos, e nós na reunião em julho, com todas as empresas, nós dissemos: Olha, o prazo máximo é dia 15 de outubro, mas nós receberemos propostas dos pequenos produtores até o dia 22 de dezembro. E nós liberamos até 31 de dezembro.

Então, é preciso que olhemos isso também. Nós convidamos ontem, em Cuiabá, praticamente todas as entidades ligadas aos pequenos produtores, mas muitas não compareceram, e o Banco do Brasil se dispôs a buscá-los e levá-los até lá. Nós orientamos, mas é preciso que as partes tenham boa vontade para discutirem. É uma idéia inovadora do Banco do Brasil, que está convidando as empresas e as lideranças a participarem conosco, assim como é uma idéia inovadora essa do Deputado ao estar aqui conosco, dando essa oportunidade de discutir.

É importante que deixemos bem claro que o Banco do Brasil está sempre disposto a atendê-los. O nosso companheiro havia dito que para falar com o gerente é preciso invadir a agência. Olha, nunca foi preciso, muito pelo contrário, é bom esclarecer o seguinte: se existe demanda no Banco do Brasil - e vocês teriam o direito de dizer: "Olha, eu fui lá, implementei uma demanda e não fui atendido"... Aí, você teria todo direito de ir lá e fazer reclamação. Agora, se você não me demandar nada, se não tiver nenhuma coisa, e eu não estiver realmente atendendo, você tem o direito...

É preciso que fique claro que não é simplesmente porque a pessoa precisa, vai lá reivindicar sem ter alguma coisa... Tem muita coisa, muita informação distorcida. Na essência, é preciso ficar bem claro que o Banco do Brasil sempre esteve disposto ao atendimento. Só que é o que nós dissemos, atender cinco mil e seiscentas pessoas de uma só vez, fica muito difícil. Por isso, nós estamos colocando e fizemos um pedido às empresas, para que as lideranças fizessem a ligação entre o grupo e o Banco do Brasil, que as empresas de assistência técnica fossem o canal de orientação para que se evitasse esse mal-entendido, essas distorções que nós encontramos.

Nós repetimos o pedido - nós temos renegociações na área do PRONAF -, nós pedimos que as lideranças procurem o banco, nós as convidamos para participarem e darem a informação correta. A informação é essa. E que elas levem aos grupos. O Banco do Brasil hoje está querendo o seguinte, nós não queremos que vocês se desloquem dos assentamentos ou dos grupos onde vocês estão, para virem ao banco; muito pelo contrário, as assistências técnicas fazem a demanda ao banco, preparam a documentação, nos entrega, nós contratamos e vamos assinar a cédula onde vocês estiverem. Na renegociação de dívida, é a mesma coisa também, levanta a demanda, nós preparamos e vamos até vocês para que façam isso.

Nós estamos tentando mudar também esse canal de comunicação entre banco, lideranças e empresas de assistência técnica, para fortalecer essa parceria que nós temos com todo mundo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE
JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

O SR. PRESIDENTE - O próximo inscrito é o Sr. Lindalmo, que é de Pedra Preta.

O SR. LINDALMO - Primeiro, eu queria perguntar, já que foi anunciado que o Leonel estaria aqui, se ele vai estar ou não, porque falaram que ele viria, e eu articulei com um monte de gente, as pessoas vieram de longe e estão aqui esperando.

O SR. PRESIDENTE - O Deputado está lá fora telefonando para saber a razão de o Sr. Leonel não estar aqui.

O SR. LINDALMO - Então, este bem. Nós tivemos um PRONAF, pegamos um PRONAF C, e está faltando falar mais a verdade conosco aqui, sabe porque? Porque todo mundo que está aqui é repassador de notícia, o que pega aqui, ele passa no assentamento, e nós estamos passando informação errada, porque nós fizemos um monte de reunião com o Banco do Brasil, passaram para nós as regras do PRONAF, como tinha que fazer, tudo direitinho, mas foi mudado aquilo um monte de vezes, você sabe disso.

E na hora de assinar a cédula, sempre nós somos prejudicados. Você sabe por quê? Você mesmo garantiu que nós tínhamos um bônus de setecentos reais do nosso PRONAF C...

O SR. ANÍSIO CAROSINI - Isso está escrito na cartilha. Eu estou garantindo o que está na cartilha.

O SR. LINDALMO - Mas o que está na cartilha, deveria estar na cédula, e na minha cédula não está.

É o seguinte, primeiro nos forçaram... Não, vocês têm que fazer esse projeto, e a cédula é coletiva. Para vocês conseguirem esse bônus de adimplência de setecentos reais no PRONAF C, vocês vão ter que fazer a cédula coletiva. Nós fizemos, mas na hora de assinar a cédula não estava o bônus de setecentos reais. Eu questionei a gerência do banco, que falou que não podia fazer porque a ordem era de Cuiabá.

Então, o que está acontecendo? Ou estão nos enganando nessas reuniões, ou tem duas regras, uma para falar aqui e outra na hora de assinar...

O SR. ANÍSIO CAROSINI - Eu continuo afirmando que a regra está determinada pelo conselho, pelo Fundo Constitucional, nós não mudamos regra nenhuma. A regra está lá e nós cumprimos.

O SR. LINDALMO - Se eu soubesse que nós íamos discutir isso aqui, eu teria trazido a minha cédula para mostrar que lá não tem o bônus.

Então, por exemplo, falam essas coisas para nós aqui; nós chegamos lá, explicamos para o povo, nós nos reunimos com cinquenta, cem, duzentas pessoas, e na hora do cara assinar lá no banco, o pau cai é em mim.

Eu queria deixar um alerta para todo mundo que vem representar uma associação. Cuidado com o que ouve aqui e fala para o povo, porque na hora de assinar, ninguém vai lá falar para o amigo, para o gerente do banco, para o Deputado; vai é me pegar. Eu mesmo tive um pega para capar com um baixinho lá, não sei como é o nome dele... Ele me falou que nós não podíamos pegar o dinheiro, porque nós não tínhamos suporte de pagamento, e que só ia liberar nós três em uns quinze minutos. Eu fiquei no pé dele igual a chiclete, lá na EXPOSUL, porque eu fui lá só para conversar com ele.

Aí, depois de tudo feito, ele me falou que eu não tinha suporte. Eu falei que quem sabia se eu tinha ou não suporte era o agrônomo que foi lá no meu sítio. Sabe o que ele falou para o cara? Falou que ele vetou o meu projeto - eu fiquei sabendo isso lá em Pedra Preta -, que ele derrubou o nosso projeto porque tinha vencido o nosso PRONAF A e nós não tínhamos pago.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE
JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

Quer dizer, é uma mentirada desgraçada, rapaz. Ele falou para o agrônomo que nós não tínhamos pago... Espere aí, deixe-me acabar de explicar, deixe-me acabar de falar, depois eu vou ouvir o senhor, está certo?

Ele falou lá que nós não tínhamos pago. E o nosso PRONAF, nós somos obrigados a pagar, ele vai vencer em outubro, nós pagamos com sete meses de antecedência. Mas a conversa que chegou em Pedra Preta é que o nosso estava dando problema porque nós não tínhamos pago.

Então, como fica esse negócio? Todo mundo está querendo se omitir, e só sobra para nós. Agora, aqui tem gente de tudo quanto é canto... Eu só queria que na hora de fazer, que se cumpra o que falam para o povo.

O SR. ANÍSIO CAROSINI - Eu gostaria de dizer o seguinte. Nós estamos aqui com transparência, não estamos aqui para nos omitir, ou me omitir.

Não é verdade isso que ele falou, e eu falei para você, inúmeras vezes, fazer o seguinte... Ele foi lá com uma parte das coisas, e eu disse: Essa não é a verdadeira, a verdadeira é emitida pelo Fundo Constitucional, e eu não vou me furtar a isso - eu disse isso a ele -, e para você emitir, você teria que cumprir as regras oficiais do FCO. Se não tiver, eu não posso fazer aquilo que não está escrito.

Quanto a pagamento, eu disse, eu falei inúmeras vezes que para se beneficiar do bônus é preciso, está escrito na lei, pagar a primeira parcela. Se você não pagar, você não se habilita a possíveis bônus que você teria. Isso ficou bem claro. Eu disse a ele inúmeras vezes, e os nossos gerentes também o orientaram nesse sentido.

É essa a questão da informação. A informação sai, fala-se uma coisa, e nós interpretamos do jeito que nós queremos interpretar. Nós temos que tomar cuidado com isso. A lei está escrita, nós não temos como alterá-la. Todo programa que sai, tem regras que precisam ser cumpridas. Nós não temos como alterar as regras. Isso não tem, não adianta, porque não é o banco, não é o gerente, não é o superintendente, não somos nós que alteramos as regras. O programa é criado, e infelizmente nós temos que cumprir as regras.

O SR. LINDALMO - Isso tudo tem que ser gravado... Primeiro, é o seguinte, do jeito que ele falou aqui, nós tínhamos que pagar o PRONAF A, em sete meses, para poder se habilitar ao cinco mil reais, e automaticamente ao bônus. E nós adimplimos, nós pagamos sete meses adiantado do nosso PRONAF A. Todo mundo já pagou? Tem um ali que já pagou também. Nós pagamos sete meses.

E na cartilha, nas regras, em todas elas... Eu liguei para o 0800 do Banco do Brasil, e esse serviço me decepcionou, essa é a grande verdade. Aí, me mandaram ligar no 0800 do Ministério da Agricultura, eu liguei, e lá também não me deram informação nenhuma. Não tem esse negócio de pagar essa parcela, mas eu queria uma resposta do banco lá de Brasília, o que eles fizeram? Mandaram o Jorge me ligar. Depois que eu fiz a solicitação ao 0800, isso foi umas quatro horas da tarde, às sete horas da noite o Jorge me ligou. "Jorge, eu não estava esperando ligação sua, porque a sua posição, essa cartilha do jeito que você está interpretando, eu já conheço, eu queria outra diferente".

Aí, na hora de assinar o contrato, é o seguinte: nós temos que cumprir a cédula, nós vamos ter que pagar o que está na cédula, e lá não tem setecentos reais, mas eu adimpli, eu paguei o PRONAF A, nós fizemos o projeto coletivo... Quer dizer, nós juntamos dois sujeitos numa cédula só, de quatorze mil reais, como o banco exigiu, nós fizemos isso, mas lá não tem o bônus de setecentos reais, não. A nossa parte nós fizemos, agora o banco não fez a dele não, porque lá na nossa cédula tinha que constar que no pagamento das parcelas em dia, nós teríamos o bônus de setecentos reais. Não teria?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE
JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

O SR. ANÍSIO CAROSINI - O senhor precisa ver o que está escrito na regra...

O SR. LINDALMO - Eu cumpri, então tinha que estar lá.

O SR. ANÍSIO CAROSINI - Tem que ver o que está escrito na lei, o que a lei está falando. Aqui, caso a caso, não tem como saber, individualmente, esse ou aquele. Eu estou dizendo que as regras são criadas, existe o programa, e o Governo Federal determina. Essas são as regras, e nós cumprimos as regras que são emitidas, eu não tenho como me furtar àquilo que está escrito. Os programas são estes.

Assim como o Governo falou o seguinte: quem não pagar em um determinado tempo, não pode se habilitar. O Governo Federal veio agora e disse: todo mundo que estava inadimplente lá atrás, no PROCERA, pode fazer o pagamento com rebate de 90%, recalculando os juros e tirando a inadimplência. Quer dizer, são regras que o Governo Federal cria e nós vamos cumprilas integralmente, não temos como nos furtar a essas regras.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu convido para usar da palavra o Sr. Mário Márcio (PAUSA).

O SR. MÁRIO MÁRCIO - Boa-noite a todos.

A minha dúvida é a seguinte: a gente tem um comércio, um pequeno comércio, que gera renda para quatro famílias, mas a gente não tem empresa aberta. Eu queria saber se a gente pode ter esperança, se tem algum jeito, sei lá, porque a gente precisa de mais máquinas, a gente poderia empregar mais pessoas, crescer e, quem sabe, até abrir uma empresa...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - A sua empresa ainda não está aberta?

O SR. MÁRIO MÁRCIO - Não.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Em que área é a sua empresa?

O SR. MÁRIO MÁRCIO - É uma relojoaria. Conserto de jóias, relógios...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Mais ou menos, de quanto seria o seu financiamento?

O SR. MÁRIO MÁRCIO - Eu fui ver a questão desse financiamento do FCO, mas para isso precisa de empresa aberta, tem que ter a conta...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Quanto de recurso, mais ou menos, o senhor precisaria?

O SR. MÁRIO MÁRCIO - Uns quinze ou vinte mil reais.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Até quanto é o PROGER informal? (PAUSA) Até cinco mil reais. É para aquele que não tem firma aberta, pode pegar até cinco mil, que tem um juro... Aí, tem que ser honesto, no PROGER informal o juro é até mais baixo que do próprio FCO.

O SR. MÁRIO MÁRCIO - Mas saem cinco mil reais?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Cinco mil reais são muito pouco para a empresa, mas é porque o senhor não tem uma empresa aberta.

O SR. MÁRIO MÁRCIO - Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Quanto é o juro? Eu vou passar para o Sr. Anísio Carosini...

O SR. MÁRIO MÁRCIO - Nós já tentamos abrir empresa várias vezes, mas fica muito difícil para nós.

O SR. ANÍSIO CAROSINI - Os juros hoje do PROGER informal são TJLP + 4%, e para a empresa TJLP + 6,75%. Então, há uma diferença de 2,75%.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE
JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

O SR. MÁRIO MÁRCIO - Essa questão que vocês disseram aqui, do açougue, de fazer o levantamento do maquinário necessário, mas não adianta também a pessoa pegar, vamos supor, só o dinheiro para o maquinário e não ter o dinheiro para fazer capital de giro.

O SR. ANÍSIO CAROSINI - Não, existe uma parcela, pode ser financiado até 30% do valor do investimento como capital de giro.

O SR. MÁRIO MÁRCIO - A minha dúvida era essa mesma.

O SR. ANÍSIO CAROSINI - Você pode procurar o Hugo.

O SR. MÁRIO MÁRCIO - No PROGER informal?

O SR. ANÍSIO CAROSINI - O Hugo conversa contigo depois.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Convido para usar a palavra a Sr^a Fátima Lemos.

A SR^a FÁTIMA LEMOS - Eu quero parabenizar os componentes da Mesa e dizer que quando nós vemos a chamada na televisão, falando se você está cansada da fila, da espera, da injustiça do Banco do Brasil, nós vemos que isso é muito sério, o Banco do Brasil infelizmente é o pior banco que tem, a Caixa é o pior, os órgãos do governo são os piores para o trabalhador. E digo isso não só como assentada, mas como alguém que tem que ir lá conversar e como funcionária, porque nós somos amarrados ao banco, somos obrigados a ir lá e ter que nos submetermos. Então, o Banco do Brasil, para mim, é o pior banco que existe. Quando vejo aquelas caretinhas para você dar sua opinião sobre como é o atendimento, eu dou até risada, porque para mim nenhuma daquelas satisfaz.

Eu queria dizer o seguinte: nós sabemos que são normas, são regras, mas vocês estão aqui e têm o poder de levar essas reivindicações, essas angústias que nós vivemos. Eu acho um absurdo, quando nós vamos lá pegar o FCO, o PROGER ou o que seja, nós temos que ser amarrados um ao outro, temos que ter um grupo de três ou quatro para fazer, porque um vai avalizar o outro, e eu acho isso um absurdo, então, que o banco também repensasse, porque às vezes a pessoa tem o seu dinheiro, quer ir lá quitar e pegar a sua parte, mas ele não pode, porque tem quatro no grupo, e se um não conseguiu, então, o grupo não pega.

Nós sabemos que essa angústia foi grande. Eu vi gente que sentava, chorava e pensava onde ia conseguir esse dinheiro, porque os companheiros dependiam dele. Então, eu gostaria que o banco repensasse também essa questão.

Outra questão que eu acho que o banco deveria pensar é que quando sai o empréstimo, lá do PROGER, do FCO, é para você investir na terra, para você comprar gado, fazer a pastagem e outros e outros. Então, que se pensasse também que nós precisamos de um meio de locomoção, porque se eu tenho lá meu porco, eu quero vir comercializá-lo na cidade, se eu trabalho com queijo eu quero vir, e infelizmente nós não temos um carro para vir, e as verbas desses empréstimos não são para isso.

Então, que fosse repensada essa questão, porque essa é uma angústia para nós que moramos longe da cidade e temos que vir pendurados no caminhão do leiteiro, batendo tambor da fazenda até aqui, com alguma coisa. É complicado.

É mais uma sugestão mesmo, para que o banco repensasse e levasse essa sugestão, essa angústia, para facilitar a nossa vida, porque é complicado, só quem mora longe e tem que vir mesmo, que fica o dia inteiro no banco, sem comer, que às vezes vai à casa de um beber um copo d'água, sabe o quanto é triste ficar ali esperando.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Sr. Rafael Marcelo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE
JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

O SR. RAFAEL MARCELO - Eu queria parabenizar a Assembléia Legislativa por mais uma audiência pública aqui em nossa cidade.

A minha pergunta é a seguinte: quais são as garantias que o banco exige para o pequeno produtor conseguir esses empréstimos, e de que forma o cidadão que não tem nenhuma garantia poderia conseguir? Às vezes, esses megaempresários têm as terras deles, têm capital, nem precisam de empréstimo, eles conseguem porque eles têm garantia. E como o cidadão que não tem garantia nem no trabalho dele, mas tem vontade de trabalhar, como ele poderia conseguir um empréstimo? De que forma ele pode se esforçar para conseguir isso, porque se formos esperar que as mudanças de regras venham de Brasília, nós vamos nos decepcionar, porque demora muito. Acho que o que precisa é o trabalhador se organizar, ele mesmo, com seus amigos, em seu local de trabalho para conseguir isso. Então, eu pergunto que garantia é necessária para conseguir esse empréstimo e de que forma uma pessoa que não tem capital pode conseguir o empréstimo?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu passo a palavra agora para o Moacir Mafra, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Em seguida, o Sr. Anísio ou o Sr. Olímpio, poderão usar a palavra para responder.

Antes, porém, eu quero fazer uma pergunta: há possibilidade de aumentar o número de funcionários para o Banco do Brasil aqui de Rondonópolis? Porque ele é da Superintendência Regional de Cuiabá, e o maior problema que nós enfrentamos aqui é com falta de funcionários. Então, essa é a primeira pergunta que eu farei para ele depois.

Com a palavra, o Sr. Moacir Mafra.

O SR. MOACIR MAFRA - Primeiro, eu quero cumprimentar o Deputado Zé Carlos do Pátio e parabenizá-lo por esta audiência pública, e o Sr. Anísio, na pessoa de quem eu cumprimento todo o pessoal da mesa e todos vocês que estão presentes.

A preocupação do sindicato é com relação ao financiamento para o pequeno produtor e para a agricultura familiar, porque nós sabemos da dificuldade que existe para a pessoa, para o trabalhador rural. Nós sabemos que os trabalhadores rurais são pessoas humildes, mas honestas, e quando eles chegam em uma agência do banco, eu acredito que o banco tem que ter um atendimento diferenciado daquele dado aos demais trabalhadores, pela humildade que o trabalhador rural tem. Por isso, eu acho que tem que ter um carinho maior e um respeito maior também com os trabalhadores rurais.

Com relação ao PRONAF, nós estamos tendo uma dificuldade muito grande aqui em Rondonópolis e na região próxima, porque o INCRA baixou a Portaria 033/04, que proíbe os parceiros não primitivos, os parceiros terceiros, de pegarem verba do FCO.

Eu acredito que o Deputado Zé Carlos do Pátio, através do seu poder como legislador, poderia interferir no INCRA, para que ele libere o PRONAF para essas pessoas. Nós temos conhecimento de pessoas que trabalham, principalmente aqui na Gleba Rio Vermelho, há mais de dez anos, eles têm seus lotes, mas por não terem o reconhecimento do INCRA são negados a carta de aptidão e o financiamento para que eles possam investir em sua propriedade e produzir mais.

Então, é uma preocupação muito grande, é um problema que está surgindo todos os dias em Rondonópolis. Geralmente, vão até o sindicato... Inclusive, nós vamos criar uma comissão das associações dos produtores rurais e do sindicato, para nós irmos até o INCRA, e eu queria pedir o apoio do Deputado, para que ele dê uma força para nós sermos recebidos pelo presidente do INCRA, para que ele possa resolver esse problema que está cada vez aumentando mais.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

E a questão do programa nacional que o Governo está implantando aqui, de crédito fundiário, nós discutimos isso em Cuiabá há um mês, e esse programa será implantado aqui em Mato Grosso, mas até agora eu não tenho certeza de que tem essa verba disponível no Banco do Brasil ou no BASA, que hoje seriam os agentes financeiros, para que possam encaminhar esses processos de aquisição da terra para esses produtores que pretendem ter terra para trabalhar.

Nós falamos muito na questão do primeiro emprego, e nesse programa, Deputado Zé Carlos do Pátio, tem a nossa primeira terra, só que esse Programa Nossa Primeira Terra no Centro-Oeste não está ainda implantado, existe apenas na região Sul e no Nordeste do país.

Eu gostaria que o nosso Deputado reivindicasse que esse Projeto Nossa Primeira Terra fosse implantado também em Mato Grosso, e conseqüentemente na região Centro-Oeste. Todas essas preocupações ocorrem porque nós vemos que no Sul e no Norte do país, as coisas que beneficiam o trabalhador vão primeiro para lá, para depois virem para o Centro-Oeste. Então, eu acho que é uma falta de organização nossa, do povo, das entidades organizadas e dos políticos, para que essas verbas que beneficiam, com juros bem menores que as demais verbas, sejam também impostas e apresentadas para Mato Grosso.

Vale ressaltar a todos os trabalhadores e assentados, aos parceiros e aos que trabalham em regime de economia familiar, que essa diferenciação de juros do FCO, do PRONAF, de A até C, vale ressaltar que é um trabalho que nós do movimento sindical vimos fazendo através do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável. Lá em Brasília nós temos representantes da nossa confederação fazendo parte desse Conselho, e toda essa diferenciação de juros em relação ao pequeno produtor é um trabalho do movimento sindical. Embora não apareça o sindicato, é o movimento sindical que tem reivindicado, cobrado e exigido que esses programas de financiamento sejam diferenciados para o pequeno produtor. A nossa luta é muito grande, mas nós pretendemos aumentar a nossa luta e brigar com mais seriedade para que esse programa avance também... (VIRADA DE FITA) ...Eu estava falando para o Deputado que seria necessário ficarmos aqui por umas cinco horas para, realmente, esgotarmos todos os assuntos que são de interesse de vocês.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Só para uma questão de encaminhamento, eu queria convidar o Dr. Manoel, Vereador da nossa cidade, para compor a mesa.

Nós ficamos muito felizes com sua presença.

E queremos convidar, também, para compor a Mesa, o vereador Juca Lemos, do PT.

O SR. MOACIR MAFRA - Bom, a questão de garantias, que nos foi solicitado. O que é preciso fazer? Essa questão da garantia, como já falamos, é constitucional. Quando se cria um programa, ou se cria um tipo de financiamento, ali estão contidas algumas regras que temos que obedecer.

O caso específico do FCO é o único tipo de financiamento, afora as linhas do FINAME, as linhas do PROGER, que não possui fundo de aval. Então, juntamente com os colegas, nós vamos encaminhar um documento solicitando, realmente, a possibilidade da criação de um fundo de aval para o FCO.

Eu peço ao Deputado que nos auxilie na Assembléia Legislativa para que seja dado esse encaminhamento. Quem irá, realmente, definir isso será o Conselho do FCO, que se reúne em Brasília, com todos os Estados presentes: o Estado de Mato Grosso do Sul, o Estado de Mato Grosso, o Estado de Goiás e o Distrito Federal. Então, é preciso que haja um consenso, é preciso que haja uma força política muito grande para que isso seja mudado, para que seja concedido, realmente, o fundo de aval a esses pequenos produtores.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

O Governo federal tem lançado inúmeros programas que beneficiam o pequeno produtor. Inúmeros! Nós já falamos aqui desses PRONAFs e, também, já foi falado aqui da questão do primeiro emprego. Eu já havia dito da criação do programa que será lançado pelo Governo federal nas próximas semanas para a área empresarial, para que o jovem empresário crie a sua empresa e, também, saiu essa questão nova que vocês já discutiram e que o Governo federal estará lançando nos próximos meses. Ele lançou o plano de safra na segunda-feira e, se não me engano, na próxima segunda-feira, ele estará lançando os programas que estariam faltando, como o Programa Primeiro Emprego, que é o primeiro emprego voltado tanto para o emprego no campo, como o primeiro emprego no lado empresarial.

Então, a questão de garantias é um problema sério com qual o Banco do Brasil sofre, assim como os nossos colegas do BASA, da Caixa Econômica Federal. São normativas com as quais temos que cumprir e que não tem como sairmos fora, à exceção do PROGER, do FINAME, em que existe o fundo de aval para isso.

A outra forma que nós, criativamente... E uma das reclamações da companheira é: por que nós temos que pegar determinados financiamentos em grupo? Exatamente para suprir a questão da garantia. E aí acaba um avalizando o outro. Então, isso foi criativamente um acordo.

Nós já estamos com um aval cruzado para suprir a questão da garantia. Em alguns casos nós já estamos deliberando no sentido de tirar isso. Aqueles produtores que já têm financiamento conosco, que já fizeram... (O ORADOR É INTERROMPIDO - INAUDÍVEL.)

Isso é uma outra questão...

Então, tem muita coisa que já está mudando. E para aqueles que têm tradição conosco - tradição que eu digo é aquele que foi lá, fez empréstimo e pagou direitinho - nós já estamos fazendo isso: tirando ele fora desse fundo de aval cruzado.

Sobre a questão do investimento do meio de locomoção, qual é o problema hoje? Existe um limitador. Vejam bem: Eu posso dar hoje determinado tipo de investimento, ao qual nós temos um valor. Quando você realiza um projeto você precisa de "x" dinheiro para comprar uma vaca, "x" dinheiro para fazer cerca, comprar arame, tudo; no final, não sobra, realmente, para comprar um veículo de locomoção. Então, é preciso que se mude o teto de investimento. Hoje, nós tínhamos quinze mil, foi para dezoito mil. Está mudando aos poucos. Em determinados casos é até possível que se faça isso, mas nós temos que ver a margem do projeto. E aí as empresas que dão assistência técnica têm que orientar qual o meio mais fácil, realmente, para se tentar viabilizar alguma coisa nesse sentido.

É possível se fazer investimentos de locomoção? É possível, mas nós temos que ficar no teto máximo do financiamento e verificar se aquilo, também, não vai onerar a capacidade de pagamento dos produtores, verificar se aquilo que, efetivamente, está sendo feito não terá problema de subsídio para alimentação futura dele.

Ela falou, também, da questão do atendimento, dizendo que os bancos públicos são os piores bancos. Eu só queria fazer uma observação. Nós temos problemas. O Banco do Brasil tem, como os outros também têm, mas é uma coisa com relação à qual precisamos ser um pouco mais nacionalistas, Deputado. Deixe-me falar: o Banco do Brasil é responsável por 97% dos financiamentos no Estado de Mato Grosso, 97%! Nós somos responsáveis por 77% dos financiamentos da agricultura familiar no Estado de Mato Grosso. É preciso que nós, também, falemos isso. O Banco do Brasil tem uma missão social muito grande, e no Governo Lula esses números estão crescendo assustadoramente.

Eu disse para vocês que somente aqui em Rondonópolis nós crescemos de um milhão, setecentos e quarenta e seis mil, na safra 2000-2003, para cinco milhões e oitocentos mil, na

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

safrá 2003-2004. Um milhão e setecentos mil só nos meses de abril, maio e junho; mais um milhão, cento e quarenta e um mil que nós estamos liberando de hoje até o dia 30. Ou seja, olha o quanto o Governo Lula mudou o investimento para o pequeno produtor, e nós do Banco do Brasil estamos mudando também essa questão.

Atendimento é uma questão muito difícil. Eu acho que os nossos colegas da Caixa Econômica Federal também têm essa preocupação, porque eles estão expandindo. O Banco do Brasil tem aumentado os seus pontos de atendimento. Só aqui no Município de Rondonópolis, de janeiro para cá, nós aumentamos mais oito pontos novos de atendimento para tentarmos tirar as pessoas da fila, para tentarmos diminuir esse número de pessoas que ficam nas agências do Banco do Brasil. Nós fizemos dois convênios com empresas para que as pessoas pudessem pagar e para que não perdessem tempo nas filas. Então, quando você for a um supermercado, por exemplo - eu não quero fazer propaganda de supermercado -, como nós temos um supermercado hoje, aqui, conveniado ao Banco do Brasil, você pode ir lá, fazer as compras e pagar suas contas; assim como nós temos um concorrente, também, que formalizou com outro supermercado para que você possa fazer os seus pagamentos nos bancos.

Então, nós, bancos, estamos pensando realmente, porque para nós não é muito bom que vocês estejam se sacrificando, esperando. Muitas vezes, vocês saem dos seus assentamentos, no interior, para virem aqui. Ficam o dia inteiro com fome e tudo... Nós também estamos pensando nisso e estamos aumentando os nossos pontos de atendimento.

Essas eram algumas coisas que nós gostaríamos de falar.

Eu quero registrar que gostaria de ficar aqui, mas nós temos um compromisso. Eu preciso fechar uma reunião com os nossos gerentes de toda a região, que estão aqui. O Olímpio continua, e também o Hugo e o Cleverson, que estão aqui.

Eu agradeço a oportunidade, Deputado, e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Nós agradecemos e queremos pedir um favor ao senhor, que é Superintendente do Banco do Brasil aqui na região: que, realmente, se fixe e facilite o acesso do trabalhador, por exemplo, à pessoa responsável pelo FCO, pelo PROGER, pelo PRONAF, porque o trabalhador tem dificuldades. Ele chega, bate em uma porta e encontra dificuldade; bate na outra e tem dificuldade...

Há uma cultura no Banco do Brasil de que é melhor pegar os grandes financiamentos, porque o banco tem uma resposta maior, do que valorizar o pequeno. Isso há não da sua pessoa, mas há de muitos gerentes do Banco do Brasil.

Nós pedimos que nos dêem mais apoio, que olhem para a questão do FCO, que encontrem formas de facilitar para a pessoa pegar esse financiamento.

E, também, essa questão do PRONAF. Isso é uma normativa, mas, sinceramente, a pessoa que teve que pagar a primeira parcela do PRONAF para pegar o "c", pagar a primeira do "c" para pegar o "d", muitas vezes, já tinha uma estrutura que poderia pegar o "c", sem, necessariamente, esperar isso daí.

Então, nos ajude nisso. Aliás, eu quero lhe colocar o seguinte - e isto eu vou falar, agora, com o Olímpio, que usará da palavra -: cobre mais servidores para o Banco do Brasil aqui. Aqui faltam servidores para o Banco do Brasil. O Banco do Brasil aqui não tem estrutura nenhuma pelo tamanho da região, pela dimensão de Rondonópolis. Nós não temos servidores do Banco do Brasil para darem a atenção que deveria ser dada.

Então, eu quero agradecer a oportunidade. Você é uma pessoa que eu estou conhecendo hoje, mas todos o elogiam para mim, dizendo que você é uma pessoa compromissada com a causa. Conte conosco, que nós estamos à disposição. Muito obrigado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

Nós já vamos começar quentes, porque há duas perguntas quentes. Pergunto: “o economista chefe do FMI, em entrevista à Revista Veja, afirmou que um dos entraves da economia do Brasil é a falta de transparência nas linhas de crédito, em especial das instituições financeiras oficiais. A que se deve essa falta de transparência, que o Ministro-Chefe do FMI denunciou? Deve-se ao corporativismo e à corrupção entre empresários e executivos dos bancos oficiais ou ao total descaso do Governo com a ética?”

Esta é a pergunta de um trabalhador que não deixou o nome.

Outra pergunta: “trabalho na informalidade. Gostaria de me formalizar. Qual o PROGER mais adequado? O formal ou o informal? Qual o índice de inadimplência do PROGER informal, pois o meu banco diz que esse índice está ultrapassado?”

O informal, hoje, está em 16% - eu já até respondo - e o formal está em 3%. Realmente, o informal está 16% em um dos principais financiamentos, que é o de motocicleta. A lei exige que tem de ser 3%, porque acima de 3% há problemas e o banco só consegue novos financiamentos de PROGER informal se a pessoa mantiver a inadimplência de, no máximo, 3%.

Eu vou passar a palavra ao Dr. Olímpio, para ele responder às perguntas, mas eu quero antes passar a palavra ao Sr. Jair Camilo, para fazer sua pergunta, depois ao Neirão. Cadê o Neirão?

O SR. JAIR CAMILO - Boa-noite a todos!

Eu quero reiterar à pergunta do colega com relação ao Leonel, Superintendente do INCRA, que estaria presente. E há várias famílias aqui que gostariam de esclarecer algumas questões com ele, inclusive eu.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O Sr. Leonel foi convidado. Ele havia confirmado que viria, mas não veio. Mas eu tenho uma forma de resolver essa questão: nós discutirmos, depois, um jeito de irmos lá. É como aquele ditado: “se Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé”. Depois da reunião poderemos sentar e definir uma ida até lá para tirarmos algumas dúvidas com o Sr. Leonel.

Nós estamos à disposição para ajudar esse trabalhador. Você pode contar comigo.

O SR. JAIR CAMILO - Obrigado, Deputado.

Complementando e entrando no assunto da reunião aqui, eu queria fazer uma observação e lançar aos produtores, porque eu represento também algumas pessoas na comarca de Pedra Preta, e aconteceu com eles o seguinte: dirigiram-se ao Banco do Brasil e a primeira coisa que o Banco do Brasil disse foi para que abrissem a conta bancária. Eles abriram a conta bancária, mas pelas dificuldades ou, talvez, pelo cansaço eles acabaram desistindo do financiamento e não mais retornaram ao banco. Então, eu lanço um alerta: quando vocês não conseguirem levantar o crédito, voltem ao banco e fechem suas contas. Eu tenho alguns clientes em Pedra Preta que hoje estão devendo algo em torno de R\$3.700,00, alguns devem até R\$4.000,00, para o banco e nunca tiraram um real do banco. Isso porque a conta está aberta, a sua disposição, mas ele não movimenta, as taxas são cobradas e os juros são altos quando você extrapola. E essas pessoas estão hoje com essa dificuldade. Além de serem pequenos produtores, ainda estão devendo para o Banco do Brasil. E, também, que o banco esclareça a esses produtores rurais, quando apresentarem seus projetos e abrirem suas contas bancárias, que estão sujeitos a isso. Muitos nem sabiam que tinham essa dívida. Só tomaram conhecimento quando viram seus CPFs inscritos no SPC e no SERASA.

Obrigado. Era só.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu passo a palavra, agora, ao Sr. Neirão.

O SR. NEIRÃO - Boa-noite a todos!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE
JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

Eu não ia falar, Deputado Zé Carlos do Pátio, mas eu vim aqui até para chamar a atenção de algumas pessoas.

Por nós acompanharmos o setor público ao longo dos anos, eu vi a falência do sistema SUS, eu vi a falência do setor de habitação popular no Estado de Mato Grosso, chamado COHAB. Infelizmente, nós trabalhamos contra algumas instituições públicas e, infelizmente, ao invés de darmos caminhos, ao invés de dizermos que temos que achar uma direção para que essa instituição se fortaleça, para que ela preste um bom serviço, às vezes, dizemos que ela não presta, que não funciona. Eu acho isso uma questão cultural. Eu estou dizendo isso aqui porque, infelizmente, eu vi algumas instituições - e para mim, hoje, o SUS é o que melhor atende nesse País... Sem o SUS o pobre não tem onde recorrer.

Eu quero somente fazer uma comparação entre a Caixa Econômica e o Banco do Brasil.

A grande verdade é que a agricultura familiar nesse país é um modelo que, ao longo dos anos, não funcionou. Foi implementado sem estrutura, foi implementado de qualquer maneira. Essa é a verdade e nós temos que encarar os fatos. O que nós temos que fazer? Nos organizar. Eu acredito que nós temos caminhado sem avançar. Agora, de que maneira, de que forma? A duras penas. Se vocês não se organizarem, se a classe não se juntar, fazer com que ela se torne mais forte, mais competitiva com os grandes, que são organizados, com certeza, as dificuldades vão estar aí, mas têm que ser rompidas.

Eu acredito, Deputado Zé Carlos do Pátio, que isso acontecerá com esse tipo de trabalho. Vossa Excelência poderia trazer o banco para debater, para discutir, para aproximar o cidadão das instituições.

Eu gostaria de dizer a vocês que esse modelo que está aí tem que avançar e melhorar e que não volte a ser lançado nesse País. Está provado que ele não funcionou. Está funcionando, porque vocês são insistentes, porque o trabalhador brasileiro tem energia para gastar e tem mostrado isso. Mas, infelizmente, o modelo está errado e nós precisamos avançar.

Eu queria dizer a Vossa Excelência, Deputado Zé Carlos do Pátio, que o que falta nesse País é questão cultural, porque não investimos no cidadão. Nós queremos investir na grande empresa. O País tem essa cultura de não querer financiar o homem, de não falar para ele: eu vou acreditar em ti, e te dar o seu dinheiro. É por isso que nós temos que colocar as garantias.

O Diretor do Banco do Brasil colocou o Fundo de Aval. Isso deveria ser criado há anos, mas para o pobre o Fundo de Aval não era importante. Então, esse é o caminho. O Fundo de Aval precisa ser discutido, precisa ser implementado.

Quem aqui já não ouviu falar de securitização da dívida do agricultor? Isso nada mais é do que a inadimplência do grande, que não pagou. Pediram para rolar essa dívida há trinta anos. E vocês?

Então, esse é o caminho, Fundo de Aval para o pequeno empresário que quer começar, para quem tem um bom projeto, para quem tem forças para gastar, talento para ser um empreendedor. Eu acho que tudo isso nós precisamos discutir, repensar o modelo, ver a agricultura familiar como uma solução para o cidadão. Não empurrá-lo para lá e depois começarmos a jogar a culpa na instituição. O modelo é falho, está errado.

No Banco do Brasil, em Rondonópolis, falta pessoal, sim. A estrutura do Banco do Brasil é antiga. Eu acho que temos que partir do princípio de buscarmos novas estruturas, buscarmos espaço. A valorização do funcionário público eu acho que é de fundamental importância para a nossa cidade. Os exemplos estão aí nos números.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE
JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

Eu fico triste em ouvir falar dessa maneira de uma instituição como o Banco do Brasil, que tem trezentos anos de história, que ajudou a construir esse País, que está ajudando a construir muitas coisas nesse País. Desculpem-me.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu passo a palavra, ao Dr. Olímpio.

Eu quero falar do apoio que ele tem nos dado lá.

Eu quero saber se ele pode nos responder a estas perguntas. Teve uma pergunta do Jair Camilo, que fez uma colocação, e outra do Nezão.

Depois, deixaremos à vontade o microfone.

O SR. OLÍMPIO VASCONCELOS CALIXTO - Boa-noite! Desculpem-me o atraso

Eu sou Gerente de Agronegócio, Superintendência de Mato Grosso. Trabalho só com o agronegócio, só com a área rural, tanto o agronegócio do grande produtor, como do médio produtor, do pequeno produtor e do mini-produtor e do agricultor familiar.

Nós temos um setor com oito pessoas. Dessas oito pessoas, três trabalham com o mini e pequeno produtor e com a agricultura familiar. Então, todo o Estado de Mato Grosso e o Estado de Rondônia estão sob a nossa supervisão com relação aos créditos agrícolas para o pequeno e o mini-produtor e para o agricultor familiar.

A primeira pergunta, anônima, está dizendo que o economista-chefe do FMI, em visita ao Brasil, disse à Veja que o grande problema é a falta de transparência nas linhas de crédito, em especial, das instituições financeira oficiais.

Sem querer contestar o conhecimento que um economista-chefe do FMI tem sobre os problemas brasileiros, eu queria deixar bem claro que eu não vejo assim.

Para ser sincero, o Governo federal tem se mostrado bastante acessível no que diz respeito às instituições num todo. Todas as cartilhas, todas as informações são precisas. Na verdade, talvez, o linguajar utilizado não chegue ainda, não consiga chegar a todos os níveis que esperamos. E isso tem causado uma certa estranheza. Quando eu cheguei aqui notei, realmente, que parece que o que está sendo dito não está sendo entendido daquela forma. Isso é muito preocupante.

Baseado nisso, eu não posso concordar com o economista-chefe do FMI quando ele diz que falta transparência. Eu não acredito que falta transparência. Aliás, o Banco do Brasil tem se feito presente em todos os eventos. Não só nos que o Deputado Zé Carlos do Pátio tem nos convidado, como qualquer outra entidade, qualquer outra pessoa que tenha esse grande interesse que ele tem pelo pequeno produtor. Nós estamos, realmente, comparecendo a todos os eventos e esclarecendo todas as dúvidas. É óbvio que se falarmos de um universo como o de Mato Grosso, onde atendemos cinquenta mil pessoas, cinquenta mil pequenos produtores, e temos cem, duzentos, trezentos ou quinhentos produtores que não foram atendidos, o nosso objetivo é de ter condições de atender não só esses cinquenta mil produtores, mas esses quinhentos ou seiscentos que não tenham sido atendidos. Este é o nosso objetivo final.

Só para dizer a vocês que, no Estado de Mato Grosso, de todo o recurso disponibilizado para o FCO, que estava sobrando, Deputado, até março, o Ministério de Integração Nacional, através do Sr. Alexandre César, do Ministro Ciro Gomes e das várias inserções de vários Deputados, da briga de todos os interessados, decidiu que 51% de todo o recurso do FCO não o fossem, porque antigamente nós aplicávamos, praticamente, 90% de todo recurso para o médio e para o grande produtor. Isso é uma grande inverdade.

Não só em Mato Grosso, mas em todo o Centro-Oeste, através do Ministro de Integração Nacional e dos políticos de Mato Grosso, de Goiás, de Mato Grosso do Sul, foi

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

determinado que o Banco do Brasil aplicasse 51% de todo o recurso para o pequeno produtor. E nós tivemos uma dificuldade enorme - todos aqui sabem disso - de fazer essa avaliação, ou melhor, de ir ao campo e trazer o pequeno produtor para utilizar esse crédito. Passamos com sobra de dinheiro nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, e, agora, hoje, com essa aplicação de um milhão e cem mil, dia 30, aqui em Rondonópolis, nós vamos conseguir fechar aos 51%. Então, não vai sobrar um tostão nem para o médio produtor e nem para o pequeno produtor.

Então, todo recurso do PRONAF que o Banco do Brasil tinha foi aplicado para a safra 2003-2004. A safra 2004-2005 vem aí. Segunda-feira, dia 28 agora, será lançado o plano Safra, às 11:00, para o pequeno produtor. Nós estaremos disponibilizando - mas devem ser anunciados mais recursos - algo em torno de 40% ou 50% acima do que foi aplicado no ano passado. Mas isso não é importante. Eu acho que o importante, além da disponibilização do recurso, é oferecer meios para que o produtor possa pegar o recurso. E quando nós falamos isso, estamos falando de garantias e de desburocratização. Está certo.

Então, eu não acredito que haja falta de transparência dos bancos oficiais. Não. Nem da Caixa Econômica, nem do BASA, nem do Banco do Brasil. Pelo contrário. Nós estamos sempre à disposição para esclarecer ao produtor tudo aquilo que acontece dentro das novidades do crédito rural.

Enfatizando isso, eu quero dizer que nós fizemos uma reunião ontem. Nós reunimos cem Diretores das entidades MTA, MST, CPT, MBA FETAGRI, Sindicatos Rurais de Cuiabá. Foram convidados todos esses setores. Nós fizemos uma reunião e lançamos o mutirão bebê PRONAF.

O mutirão bebê PRONAF nada tem a ver com o mutirão de PRONAF que houve em tempos anteriores. No mutirão bebê PRONAF, que nós estamos lançando e que será feito no Estado de Mato Grosso inteiro, durante um mês, uma comissão de pessoas do Banco do Brasil, da CEDER, da EMATER, da EMPAER, da EMBRAPA e todos que queiram participar - é que nós iremos aos locais, centralizadamente, nos diversos assentamentos, para que possamos transmitir conscientização e conhecimento... Ou melhor, nós vamos explicar ao pequeno produtor o que, realmente, é o PRONAF. O produtor que quiser saber, bastará ir lá que ele terá suas dúvidas esclarecidas. Isso já foi lançado há dez dias. Ontem, nós lançamos oficialmente.

A colocação do rapaz de Pedra Preta foi muito correta: que um fala para ele; ele fala lá; chega lá; não é nada daquilo e, de repente... Então, nós estamos treinando quem? Quem é que nós vamos treinar nesses dias. Treinar, não - desculpem-me. Nós vamos dar conhecimento de todos os direitos e deveres do agricultor familiar. O agricultor familiar tem direitos e tem deveres. Ele terá todos os seus direitos e conhecerá os seus deveres com o financiamento. Ele poderá entender que o crédito rural não é um fim, é um meio. A verdadeira história do agricultor rural não termina quando ele pega o dinheiro no banco. Nós sabemos que a luta para pegar o dinheiro no banco é demorada, mas o fim não é aquilo. Aquilo é o começo, é quando você começa a sua atividade. É ali que você terá que começar a pensar como vai aplicar isso. Não vai ter aqueles projetos enfiados goela abaixo. É disso que nós estamos cuidando.

Então, a partir do dia 19 de julho, em todos os finais de semana, nós vamos estar em um local do Estado explicando ao produtor tudo aquilo que ele tem de dever e tem de direito. Para não perder a viagem, nós vamos estar credenciando, explicando e treinando todas as empresas que prestam assistência técnica para vocês. Nós não vamos mais permitir... Nós estamos descredenciando todas as empresas a partir de 1º de julho; e, a partir de 02 de julho, estaremos credenciando todas elas novamente. Mas que elas entendam que precisam ser treinadas para dar assistência corretamente e explicar direito o que é crédito rural. E para não dizer que nós vamos só

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

explicar para o produtor e que nós vamos só treinar as empresas de assistência técnica, nós vamos fazer uma terceira coisa, com a qual a Superintendência está muito preocupada: explicar para funcionário do Banco do Brasil, aqui em Mato Grosso, como é que se atende um produtor, um agricultor familiar. É isso que nós vamos fazer a partir de 19 de julho. Depois disso podem nos cobrar.

Por quê? Porque nós estamos muito preocupados com isso. Nem o Banco do Brasil, nem a Caixa Econômica Federal, nem o BASA - eu tenho certeza - falam para qualquer funcionário do banco: olhem, atendam esse produtor, pode ser grande, pode ser médio, pode ser pequeno, pode ser familiar, mas o atendam mal. Não fazemos isso. Nunca. Ninguém, em sua consciência pode acreditar nisso.

Então, o que nós queremos do agricultor familiar é que ele entenda o que o nosso Superintendente falou: acontece que é muito pouco funcionário para atender tanta gente de uma vez só. E, normalmente, fecha-se tudo em uma época só. Agora, isso não é desculpa para tratar mal quem quer que seja, pode ser agricultor familiar ou médio, pequeno ou grande produtor. Isso não é desculpa. Nós sabemos que há muitos problemas pontuais que vamos corrigir aos poucos.

Então, juntos, já uma missão da Superintendência de esclarecer ao produtor quais são os seus direitos e quais são os seus deveres, treinar a assistência técnica e recredenciar para que ela preste uma assistência com qualidade e que ela saiba explicar, passar ao produtor aquilo que realmente acontece e explicar ao nosso funcionário o que é o PRONAF e como ele deve atender o pequeno produtor.

Então, eu não posso concordar com o chefe do FMI quando fala em falta de transparência. Nós não só estamos fazendo isso, como a Superintendência de Mato Grosso andou na frente e está fazendo o mutirão bebê PRONAF. Ou melhor, nós vamos levar onde for possível, todas essas informações, diretamente ao produtor. E que gravem a nossa conversa, para que na época possamos ver se podemos ou não cumprir.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Tem uma outra pergunta, mas, antes, eu queria convidar o Presidente da Câmara Municipal de Rondonópolis, Vereador Lourivaldo Manoel de Oliveira, para compor a mesa conosco.

O SR. OLÍMPIO VASCONCELOS CALIXTO - A outra pergunta é quanto ao trabalho na informalidade. Qual o PROGER mais adequado, formal ou informal?

Bom, é bem claro, nem precisaria... Na verdade, quando se trabalha na informalidade o único PROGER que ele pode usar é o informal, de R\$5.000,00. Quando ele se formalizar, ou melhor, constituir empresa, seja microempresa, firma individual, vai a um contador e abre a empresa, seria o PROGER formal, que tem juros mais altos e um limite, também, um pouco mais alto. Está certo?

Então, o índice de inadimplência do PROGER informal está em torno de 24% e o formal está em torno de 3%. O índice de inadimplência de 24% é considerado alto para qualquer instituição bancária, justamente por ser informal. Os níveis de garantias são baixos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Bem, agora, nós estamos nos “finalmente”.

Eu quero saber quais as linhas de crédito que o BASA disponibiliza no nosso Município e quais as taxas e juros. Está aqui o representante do BASA.

Quanto à Caixa Econômica Federal, quando será inaugurada a nova agência? Quais as linhas de crédito que a Caixa Econômica Federal disponibiliza aos nossos municípios e quais são as taxas de juros?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE
JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

Estas são duas perguntas aos representantes do BASA e da Caixa Econômica Federal. Então, nós vamos abrir a palavra, neste momento, para eles.

O SR. CARLOS ROBERTO BENCKE - Boa-noite!

Eu queria agradecer a presença do Deputado. Cumprimento os membros da mesa e todos aqui presentes.

Bom, o Banco da Amazônia, aqui em Mato Grosso - tem muita gente que não conhece o Banco da Amazônia -, é um banco federal que tem recursos do FMO, que são da mesma origem do FCO, que são repassados para o Centro-Oeste e que são repassados na região Norte.

Este ano, com relação ao PRONAF, o Banco da Amazônia, em função desses programas do Governo Lula, também passou a fazer parte... (VIRADA DE FITA) ...o grupo C, o AC e o D, apenas para custeio. Isso por ingerência do próprio Governo Federal que até o momento não nos deu recursos para operarmos também com investimento. Então, nós estamos fazendo o PRONAF também.

É claro que em questão de atendimento, como foi muito falado aqui durante todo tempo, se o Banco do Brasil dispõe de três agências aqui em Rondonópolis, nós só temos uma agência para atender Rondonópolis e a região toda, praticamente toda a região sudeste. Então, nós também temos a questão de atendimento em função de funcionários. Nós temos apenas 15 funcionários na agência toda. Então, nós estamos trabalhando com esses recursos do PRONAF.

Temos também os recursos do PROGER urbano. O PROGER rural ainda não temos. O PROGER urbano, nós temos para quem quer abrir uma empresa, como, por exemplo, para o rapaz que esteve falando aqui, que é ourives. Temos o PROGER para microempresas e empresas de pequeno porte, para investimentos, para execução de obras civis, instalações elétricas, hidráulicas, máquinas e equipamentos e até veículos de carga para prestação de serviço, com até dois anos de uso.

Os encargos desses recursos são variados, de acordo com o objetivo da pessoa. Temos a TJLP, que pode ser de 4% até 6%, dependendo do que a pessoa for fazer. Para microempresas e pequenas empresas, é TJLP mais 136% ao ano. Nós temos também para profissional liberal, de nível médio e superior, até dez mil. Para microempresas, o limite é quatrocentos mil, com projetos que podem ser feitos pelo próprio SEBRAE.

A pessoa que fez a pergunta sobre o açougue, além da resposta que foi dada pelo Anísio, também pode procurar o SEBRAE para ter informações mais técnicas com relação a esse tipo de formação de empresas, porque o SEBRAE é um serviço de apoio a micro, pequena e média empresa. Então, nós temos parceria com o SEBRAE, inclusive para esse tipo de informação.

Para o profissional liberal, como eu estava dizendo, também pode ser feito com recurso de até dez mil, para fazer aplicações no que ele precisa, como equipamentos para abrir seu escritório, com taxa de TJLP mais 6% também, com 90% do valor, ele entra com 10% do valor que ele precisar.

Nós temos também para turismo um investimento fixo e capital de giro associado. Para microempresa, o capital de giro está associado a 40% do capital para investimento. São os beneficiários do turismo todas as empresas que têm faturamento bruto até cinco milhões, com TJLP mais 133%, com 100% do valor financiado pelo programa.

Além desses programas, o Banco tem o microcrédito, que é um programa que o Governo está lançando através do Banco, que pode ser feito para quem não tem acesso aos Bancos. Para as pessoas que não têm condições de ter conta, de pagar tarifas, o Banco faz, através desse programa, a abertura de conta sem tarifas. Temos até mil reais, dependendo do enquadramento da pessoa que for fazer, para tirar como empréstimo, com taxa de 2% ao mês. É uma taxa bastante

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

atraente. As taxas comerciais estão em até 4%, 3,5%, 2% ao mês. Então, é uma taxa bastante atraente para, no caso, as pessoas, vamos dizer assim, microempendedoras, que são as que estariam na informalidade. Comprovando, podem tirar até mil reais para comprar o que desejarem.

Temos também o crédito comercial para quem precisar, todo empréstimo parcelado, que seria o CDC. Temos empréstimos para empresas ou pequenas empresas, também, com conta garantida, troca de cheque, adiantamento de imposto de renda, entre outros que todos os Bancos têm.

Neste ano, o Banco passou a oferecer tanto o PRONAF como também o PROGER urbano.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Nós agradecemos e passamos a palavra ao representante da Caixa Econômica.

O SR. LUIZ RASIA - Boa-noite, Deputado Zé Carlos do Pátio.

Eu sou Luiz Rasia, gerente empresarial da Caixa Econômica Federal aqui de Rondonópolis. Nesta noite, estou representando a Caixa Econômica Federal, nesta reunião de grande valia e de grande importância.

Com relação à Caixa Econômica, a princípio, nós vamos tentar justificar quase que o injustificável, que é a questão do atendimento, que a Dona Fátima Lemes colocou a sua preocupação e que todo mundo conhece aqui.

A Caixa Econômica Federal é a única instituição que é 100% federal. O Banco do Brasil é uma S/A, o BASA é uma S/A. A Caixa Econômica está mais ainda presa a normas de encaminhamento do Governo Federal do que qualquer outra instituição, porque é a única 100% federal.

Nós vivemos o último Governo, dos últimos dez anos, com os acordos com o FMI, impossibilitados e proibidos de contratar pessoal, abrir novos pontos de venda. Com tudo isso, nós tivemos o acréscimo de pagamento da diferença do FGTS, que levou e ainda está levando muita gente às agências da Caixa; vários serviços delegados, como o pagamento da bolsa-escola, bolsa-alimentação, esses programas sociais do Governo. Isso sem poder aumentar pontos de venda e sem poder contratar pessoal.

Somente agora, nos últimos meses, é que se conseguiu autorização do Ministério da Fazenda para contratar parte dos que haviam prestado concurso há quatro anos. Nós estamos contratando um quantitativo de empregados que foi autorizado somente agora.

Também, nós vamos começar a expansão da rede, vamos abrir aí, até final de 2005, mais quinhentas agências, isso em termos de Brasil, porque, para quem ficou dez anos sem expandir, quinhentas agências agora, em 2004, 2005, os investimentos são vultosos. Mas nós temos que retomar.

O Nezão foi a pessoa que colocou aqui uma defesa, e ele tem uma visão mais aprofundada do jogo de interesse que existe por parte de instituição nacional, de instituição internacional.

Sem desenvolvimento, estavam se preparando para quê? Para privatizar o Banco do Brasil, para privatizar a Caixa Econômica Federal. Qual é a melhor maneira de se fazer isso? Vamos fazer com que os serviços que eles prestam sejam mal prestados. A população não vai se queixar, se fecharmos a porta. Isso nós vivemos nos últimos dez anos. Nós não podíamos contratar gente, não podíamos abrir novas agências e tínhamos bastante serviço delegado. Então, tem que se analisar o que tem por trás disso tudo, às vezes está escondido.

Lá dentro, não queiram saber o quão duro é para o gerente, ou para o caixa, ou para qualquer pessoa, olhar a sua frente e ver duzentas pessoas esperando uma hora, duas horas. É

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE
JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

tão ruim para quem está atendendo quanto para quem está lá dentro da fila. Na maioria das vezes, não está na nossa mão resolver aquele problema.

Então, nós vivemos tudo isso. Agora, vamos expandir. Tudo correndo bem, em novembro, nós estaremos inaugurando a nova agência com uma estrutura maior que a agência atual que temos aqui em Rondonópolis. Novembro é a previsão de inaugurarmos essa nova agência.

Além disso tudo, nós segmentamos o atendimento dos clientes, empresários, personalizados, básicos, no sentido de atender até de uma forma diferenciada, em partes separadas. Por exemplo, o empresarial tem o seu setor específico que vai fazer todo atendimento do empresário lá dentro.

Vamos abrir também agora três correspondentes bancários. A Caixa foi o único Banco a ser autorizado pelo Banco Central a contratar os correspondentes bancários.

Nos locais onde não tem Caixa Econômica, nós contratamos uma padaria, ou uma farmácia, ou um mercado, para fazer alguns tipos de serviços naquela comunidade, principalmente o pagamento desses programas sociais, como também fazer depósitos e saques nesses correspondentes.

Vamos estar abrindo - além de outros caixas eletrônicos que temos espalhados pela cidade, além da agência - mais três correspondentes bancários em regiões, nas cidades que nós levantamos e que não havia nenhum tipo de suporte, que é do correio ou outro qualquer, para você pagar a sua conta de luz, de água.

Então, nós vamos estar abrindo no Jardim Atlântico um correspondente; no Jardim Olinda, estaremos abrindo um correspondente perto do Parque Universitário, outro perto do São José e Vila Operária e estaremos abrindo outro correspondente também no mercado. São três mercados dessa região que estávamos só dependendo de uma licitação para contratação de uma linha de comunicação para fazer essa abertura.

Isso aí, na semana passada, quando eu estava em Cuiabá, foi autorizada a efetuação. Então, em breve, o equipamento já estará aí, só falta a questão da comunicação. Nós estaremos abrindo mais esses três pontos de atendimento à população.

Em novembro, nós abriremos, se Deus quiser, a nova agência de Rondonópolis. Para você ter uma idéia, as duas de Mato Grosso que vão abrir, uma em Várzea Grande e outra... São as primeiras agora para esse ano, até o final desse ano. As demais, algumas cidades que já estamos prospectando e vendo, ainda não estão definidas, mas estão definidas essas duas novas agências por enquanto em Mato Grosso.

As linhas de crédito da Caixa, nós não trabalhamos única e exclusivamente com o FCO. Nós trabalhamos com o BNDES, com os recursos do FAT, que são os recursos do PROGER, com o FINAN e com recursos próprios da Caixa Econômica em parceria com o SEBRAE.

Na linha comercial, nós temos várias linhas do PROGER, a linha do PROGER informal, do PROGER pequeno empreendedor, do PROGER investimento, do PROGER conjugado de investimentos.

A taxa de juro não diferencia do Banco do Brasil e do BASA, independentemente se tem fundo de aval ou se não tem fundo de aval, vai de 4% a 6% mais a TJLP.

Outra força principal da Caixa é a questão da habitação. Na habitação nós temos as linhas abertas do Fundo de Garantia, tanto para construção, para aquisição, e o material de construção que estamos fazendo, também, de uma forma mais desburocratizada e depressa, e também com recursos da Caixa. Recursos do FGTS e recursos da Caixa, na parte de habitação.

Para Vossa Excelência ter uma idéia, Deputado Zé Carlos do Pátio, o programa Casa Fácil é uma parceria que a Caixa está fazendo aí com o Governo do Estado, através da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

Secretaria de Infra-Estrutura. Eu tive o privilégio, nesses últimos cinco meses, de estar coordenando esse programa da Caixa em todo o Estado. Estamos finalizando a contratação em diversos municípios de duas mil e quinhentas casas. Então, não há necessidade que a Caixa esteja lá.

Para vocês terem uma idéia, Dr. José Carlos, em Altos da Boa Vista, algumas cidades mais longes, que eu lembro aqui, São Félix, pegamos lá no norte, vamos até lá perto de Peixoto de Azevedo, vamos aqui na região oeste de Mato Grosso, também, até Comodoro, aquele lado todo, nós fomos andando, não tem agências da Caixa. Ótimo. Nós estamos indo lá, fechando os contratos, analisando, a Prefeitura faz a parceria, manda-nos a documentação, nós fazemos a análise, preparamos tudo, vamos lá num final de semana, ou numa sexta-feira, ou num sábado, ou num domingo, e fazemos a assinatura de todos esses contratos. Graças a Deus, vamos conseguir agora, no final de julho, fechar a contratação dessas duas mil e quinhentas casas, nessa parceria com o Governo do Estado, através do FETHAB. Então, a Caixa não está lá, mas nós estamos indo lá.

O credito solidário foi lançado, mas ainda não está delineado. E uma outra coisa que as pessoas colocam: “Ah, saiu na imprensa lá, divulgou uma linha x, divulgou em linhas gerais”. Criou-se, mas não se estabeleceu ainda toda a normativa necessária. Então, você chega outro dia lá na Caixa e pergunta para mim e eu não vou saber. Houve um *marketing* até para se lançar isso o mais rápido possível, mas depois que chega... Então, há também esses descompassos, às vezes, no lançamento de um programa até estarmos com isso definido. Então, foi lançado, mas as normas gerais ainda não foram estabelecidas.

Nós usamos para habitação recursos que vêm de onde? Do FGTS, que é da conta de cada um de nós trabalhadores e outra parte das linhas da Caixa.

Todos os bancos poderiam utilizar e fazer financiamentos através do recurso do FGTS. Mas como vocês vêm, geralmente, é a Caixa que tem operado sozinha, praticamente, essa linha de financiamento com o recurso do FGTS.

Nós estamos tentando lançar, também, aqui em Rondonópolis mais dois conjuntos habitacionais ou imóveis, como apartamentos, estamos vendo ainda. Na semana que vem, estarei recebendo a visita de um pessoal de Cuiabá para ver se temos a demanda e lançamos mais isso aqui em Rondonópolis.

Em linhas gerais, pessoal, a Caixa é isso aí. Nós esperamos agora, com essa sinalização nova, poder atender a todos de uma forma mais digna, para vocês e para nós também. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE - O Deputado Zé Carlos do Pátio teve que se ausentar para uma entrevista, mas logo retornará.

Tem uma pergunta aqui para o Olímpio: “Tenho uma pequena propriedade na Gleba Rio Vermelho e estou tentando pegar o PRONAF há seis meses, investimento para gado leiteiro. No dia 04 de maio, a EMPAER me deu a carta de aptidão, e, no dia 31 de maio, veio a ordem do INCRA proibindo, segundo o comprador, a fazer o empréstimo. No meu caso, a minha carta foi autorizada antes, quero saber se o meu direito ficou garantido, porque o meu projeto foi devolvido pela EMPAER”.

O SR. OLÍMPIO VASCONCELOS CALIXTO - Está escrito aqui, Fátima... Eu não entendi. A pequena propriedade é, então, assentada?

(A SRª FÁTIMA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. OLÍMPIO VASCONCELOS CALIXTO - Eu não entendi o que o INCRA...

(A SRª FÁTIMA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. OLÍMPIO VASCONCELOS CALIXTO - Pois é, mas eu quero saber se o lote que a senhora comprou é lote de assentamento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE
JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

A SR^a FATIMA - É.

O SR. OLÍMPIO VASCONCELOS CALIXTO - Então, tudo bem. Foi isso que perguntei no começo.

(A SR^a FÁTIMA FALA FORA DO MICROFONE -INAUDÍVEL.)

O SR. OLÍMPIO VASCONCELOS CALIXTO - Não. A EMPAER não tem poder sobre lote assentado. Quem dá a carta de aptidão é o INCRA.

Então, veja bem, essa é uma preocupação que nós temos. Eu sei que no seu caso, pelo que falou aqui, a senhora está realmente no lote, está operando...

Agora, o que estamos tentando dizer é que o Banco do Brasil só pode emprestar para lotes de assentamento do INCRA se houver carta de aptidão do INCRA ou carta de anuência do INCRA.

Na verdade, a EMPAER emitiu a carta de aptidão indevidamente. Por quê? Porque, primeiro, ela tem que esperar uma autorização do INCRA, o Projeto Varredura, alguma coisa, ou melhor, a senhora tem que ir lá no INCRA e pedir que se regularize. Enquanto isso, o Banco não pode fornecer. Nós tínhamos vários casos desses aí. Caso de comprador ou assentado, o INCRA emitiu a carta de anuência, de aptidão, na época, acho que só a carta de anuência para o assentado original. A senhora comprou? Agora tem que ir ao INCRA para fazer a regularização da senhora lá naquele lote. Quando fizer, a senhora vai ter direito ao crédito. Enquanto isso, independentemente do que acontecer, mesmo que a EMPAER tenha feito, enquanto o INCRA não regularizar, nós não podemos fornecer o crédito.

(A SR^a FÁTIMA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. OLÍMPIO VASCONCELOS CALIXTO - Não. É justamente isso.

Veja bem, não poderia ter acontecido a menos que o INCRA tivesse...

(A SR^a FÁTIMA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. OLÍMPIO VASCONCELOS CALIXTO - Independentemente de qualquer coisa, tem uma normativa dizendo que nós temos que ver os casos para fazermos as denúncias. Isso não vai resolver o problema da senhora, porque nós não podemos manter o erro no caso, mas podemos ver o que aconteceu no Banco.

Veja bem, enquanto o INCRA... Nós estamos dizendo que se for assentado, nós temos que ter anuência do INCRA, independentemente da EMPAER ter emitido carta de aptidão, independentemente disso, porque ela não é competente para isso, para lote do INCRA. Se fosse outro lote, aí poderia.

(A SR^a FÁTIMA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. OLÍMPIO VASCONCELOS CALIXTO - Justamente, nós temos que verificar. Eu vou até anotar aqui para ver. Eu vou ver com o Cleverson depois, podemos até ver hoje os casos que ocorreram para tirarmos isso e ver o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE - Eu quero registrar a presença do Vereador José Márcio Guedes, que tem contribuído muito nesta luta por teto, principalmente teto rural.

Vamos convidar a Sr^a Ivone Coelho para fazer uso da palavra.

A SR^a IVONE COELHO - Em nome do Deputado, cumprimento toda a Mesa.

Eu quero até pedir desculpas, porque nós tínhamos aqui até bastante agricultores, mas eles dormem cedo.

Pelo adiantado da hora, vou tentar ser bem rápida.

Eu sou presidente da OAT - Organização de Aquisição pela Terra. Nós estávamos ouvindo e tivemos uma grande lição de tudo que foi falado, aqui, que foi muito importante.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

Gostaria da presença do Dr. Anísio, porque só tenho elogios a fazer ao Banco do Brasil, na pessoa dele, que tem nos tratado muito bem. Vocês são pessoas que estão tendo dificuldades, mas são felizes porque já estão nas suas terras. E o nosso pessoal, da OAT, ainda está aguardando essa hora de entrar na terra.

Gostaria aqui de dar uma sugestão ou até complementar o que o Dr. Olímpio falou com relação à questão funcional e do atendimento. Realmente, é muito difícil, mas nós entendemos.

Eu gostaria de falar que a responsabilidade dessa informação é da empresa que dá assistência. Nós vemos o agricultor saindo lá do assentamento, vindo a pé, com dificuldade, o dia inteiro naquele sol quente, sem almoçar, para obter uma informação no Banco. Ele não precisa disso. Assim como a assistência é remunerada, ela é responsável para estar passando essa informação para o agricultor - eu vejo dessa forma.

Deputado, nós gostaríamos de solicitar de Vossa Excelência, na presença do nosso vice-presidente do Conselho Municipal e na presença também do presidente do sindicato rural... A nossa maior dificuldade... Entregaram-nos uma relação da documentação para o pequeno agricultor adquirir a sua terra. Então, nós estamos na mesma situação de quem tem dinheiro, porque sabemos que o dinheiro está lá, mas não podemos pegá-lo.

Nós entendemos, da nossa maneira, da seguinte forma: a questão da documentação, do comprovante, da documentação pessoal, que é a carteira de identidade, o comprovante de votação na última eleição, a certidão de nascimento ou casamento, o comprovante de residência atualizado, declaração de aptidão rural, certa declaração que nós temos que tem que ser aprovado pelo Conselho, certidão negativa de protestos... O que acontece com a nossa declaração de aptidão rural? E a questão também da pessoa não ter a carteira assinada?

Quer dizer que o agricultor tem que estar morrendo, tem que estar passando fome para conseguir alcançar esse objetivo da terra?

Eu gostaria de estar fazendo essas colocações, porque nós entendemos o seguinte: como que um agricultor pode... Ele precisa apresentar declaração de cinco anos, aí ele vai ter que procurar o fazendeiro; o fazendeiro vai assinar a declaração e reconhecer firma. Se ele trabalhou lá atrás... Aí, hoje, ele vai procurar o fazendeiro, o fazendeiro vai assinar esse documento e reconhecer firma? Eu acredito que não, porque ele vai ter uma questão do fazendeiro ficar com medo até de estar assinando esse documento.

Vou citar a questão do Sr. Antônio. O pai dele foi arrendatário, arrendou a terra, ele ficou trabalhando junto com o pai. Hoje, o pai dele é falecido. Como que o pai dele vai estar aprovando essa documentação para ele?

Gostaria aqui, vice-presidente do Conselho, que o senhor solicitasse do Edmar, que é funcionário da Prefeitura, que quando ele usasse o meio de comunicação, fosse mais claro. Por quê? Porque quando ele falou na televisão, falou que o dinheiro já estava no Banco e que as pessoas teriam que levar a documentação, que o crédito era fácil. Não é fácil.

Como eu li aqui para vocês, com as documentações exigidas, não tem condição. Pelo que estou sabendo, parece-me que até agora foram aprovadas só dez pessoas.

Juca, você que é do Conselho, sabe da luta do agricultor. Quer dizer, o agricultor não vai pegar terra. É ilusão. Eu cuido de várias associações, trabalho com o pessoal e já fui bem clara, não sei se é uma lei federal ou estadual, Juca, mas o Conselho já deveria ter observado esse item que não será possível.

Tudo bem, são regras do Banco, mas eu acho que nessas regras terá que ser revisto só esse ponto da questão da comprovação, porque antes nós tínhamos o maior apoio do Hélio com relação ao pequeno agricultor. Antes essa documentação saía da Secretaria de Agricultura. Então,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE
JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

por que não deixar... Nós não temos dois anos de carência? Por que não, durante esses dois anos de carência, se o agricultor fez uma carta e assinou que ele é agricultor e a própria Secretaria, ou ele apresentar duas testemunhas, não sei de que forma pode ser feito isso. Lá na frente, se ele não produzir na terra, durante dois anos, aí, ele é substituído.

Então, eu acho que tem outras maneiras, porque dessa forma nenhum fazendeiro vai assinar um atestado para ter problemas depois.

Há a questão do juro, que o nosso presidente falou que tem melhorado muito, mas tem muitas coisas que precisamos melhorar muito mais, inclusive essa questão da aptidão de declaração. Eu acredito que o Conselho deveria ter visto isso antes de chegar até nós e o próprio sindicato, porque o agricultor não tem condições, hoje, de provar.

Só mais um item. Por exemplo, o agricultor que estava trabalhando até três dias lá na roça, veio para a cidade, arrumou emprego, foi registrado, não tem mais direito a pleitear.

Então, o agricultor vai passar fome? Ele está aqui na cidade porque não tem alternativa. Mas no momento que ele tem o nome limpo, é um cidadão brasileiro, ele tem direito. Isso, a meu ver, é uma discriminação, porque se ele tem o direito, se lá na certidão de nascimento dele está dizendo que ele é lavrador, filho de lavrador, eu acho que aí já é uma prova de que ele é um lavrador. Se na certidão dele está escrito “profissão: lavrador”, eu acho que já seria um bom caminho para começar. Se ele é um empregado, vai passar fome? Ele não pode pleitear? Então, ele tem que ser o quê? Desempregado, miserável, sem ter aonde ir?

Então, dessa forma, eu não acredito que o agricultor está sendo olhado com carinho nessa parte. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero fazer uma sugestão.

Essa reunião foi muito proveitosa. Tivemos o BASA que colocou as suas posições, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal. Tem problemas que são da Secretaria de Agricultura. Eu quero pedir para o nosso Cerimonial separar - está tudo sendo gravado, vai ser taquigrafado - tudo que é competência da Caixa Econômica... (VIRADA DE FITA)... trabalhista, o próprio fazendeiro. O fazendeiro vai assinar um documento para depois comprometer-lo. Então, eu acho que são burocracias que... O País tem hora que cria coisas só para atrapalhar. Ninguém vai fazer isso. Nem se não tivesse perigo eles iriam fazer isso, imaginem agora. Então, eu acho que temos que ver outros caminhos para resolvermos essa questão, muito bem alertado por sua pessoa, sobre essas questões do crédito fundiário.

Mas, quanto a isso, eu quero fazer uma sugestão ao Conselho Municipal de Agricultura Familiar, fazer uma audiência com o Secretário de Desenvolvimento Rural para colocar isso aí, porque eu tenho uma dúvida - e estava conversando aqui com o vereador Juca Lemos -, se isso é um critério federal, que vem mudando um critério federal ou se é um critério do Estado de Mato Grosso. Eu quero saber disso. Se é um critério federal, vamos ter que discutir isso lá com o Ministério da Reforma Agrária, porque, realmente, é um absurdo. Nós não vamos fazer o crédito fundiário com essas exigências.

Passarei a palavra ao último inscrito, que é o companheiro Noel, que quer fazer uma colocação e vem participando da reunião desde o começo aqui.

O SR. NOEL - Boa noite!

Só para reforçar sobre as dificuldades do nosso país.

Hoje estamos caminhando dentro das leis favorecidas pelas pessoas que não têm compromisso com o desenvolvimento do país, pessoas que não têm compromisso... Essas pessoas dificultam tudo. Quem quiser saber como anda o Brasil é só montar uma empresa qualquer para ver a falta de respeito com as pessoas que querem crescer, que querem desenvolver.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE
JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

Então, eu acredito que o nosso Brasil precisa mudar as leis, para quem não tem compromisso com a coisa séria. Vai ser muito difícil a instituição chegar a um ponto, para quem precisa, de fazer aquilo que quer, porque eu acho que hoje a lei favorece essas burocracias, pesa em cima de quem quer trabalhar.

Lamentamos isso aí. É muito difícil. Hoje, quem quer saber as dificuldades do País, monta uma empresinha e vai vender fiado, na nota e coisa e tal, para saber como os brasileiros estão se comportando diante do comércio. Essa é uma colocação que estou fazendo.

O que vou perguntar, aproveitando o pessoal, é que antigamente parece que existia um tipo de financiamento nos bancos para quem tinha um imóvel.

Assim fica mais fácil entender: às vezes, eu tenho uma precisão enorme de um pequeno financiamento e a única coisa que tenho, para não ficar precisando de avalista, e acho que o melhor avalista que poderia ter é um imóvel, que temos para colocar como garantia, porque passei um apuro, tenho que dizer aqui, este ano, por pouca coisa. Eu tenho um valor de quase um milhão de reais e passei um apuro muito grande por causa de R\$20.000,00 reais, porque o meu sonho era ter um imóvel, pretendo montar uma rede de comércio daqui a alguns dias em nossa cidade, e lutei muito por esse ponto de comércio e não queria vender nenhum ponto de comércio que tenho, que lutei para conseguir, para montar uma rede de comércio. O nosso Brasil, hoje, e acho que vocês que estão na instituição sabem que nós, hoje, se montarmos um comércio e não tivermos rede para ter um poder de compra grande, só apanhamos. O Brasil e o mundo atravessam uma dificuldade muito grande em cima disso, porque os latifundiários estão pisando nos pequenos comerciantes. Vocês sabem que tem comércio em Rondonópolis que vêm montando comércio e mais comércio, acabando com os pequenos. Isso é muito ruim para o nosso País.

Vou citar algumas empresas grandes que não são daqui, como a AMBEV. A AMBEV vem comprando outras empresas. E o que ela vem trazer? Vem trazer miséria para nosso país, emperrando as pequenas empresas, igual a outras empresas que têm em nossa cidade. Vocês do banco, vocês e o Deputado Zé Carlos do Pátio sabem disso, que têm enormes empresas, aqui, emperrando todos os mercados pequenos, sem poder crescer mais, porque o poder de compra é grande. Por isso eu estou falando que passei um apuro grande por causa de R\$20.000,00 e não pude fazer empréstimo em banco nenhum. Eu tenho imóvel e não pude fazer empréstimo. Eu não quero vender esses imóveis porque pretendo montar uma rede de materiais de construção na cidade, em breve, e achei melhor adquirir meus pontos e depois abrir a empresa. Se abrir uma empresa pequena na cidade de Rondonópolis, hoje, de material de construção ou mercado de secos e molhados, só vamos apanhar, não temos condições de poder de compra e ficaremos emperrados por trás dos grandes preços. Os grandes comerciantes têm poder de compra, têm preço bom e nós acabaremos ficando isolados com o comércio pequeno.

Então, por isso que eu estou perguntando para o pessoal do banco se existe ainda um financiamento sem avalista. Avalista é fria. Pegar avalista é difícil. E acho que o melhor mesmo é ter um imóvel próprio para colocar como garantia e o banco financiar e hipotecar aquele imóvel. Nós nem temos medo de perder o imóvel porque temos boa-vontade para pagar e vamos pagar.

Era isso o que eu queria saber do pessoal do banco. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Se pode pegar financiamento, sem avalista, para construção.

Isso quem pode responder é a Caixa Econômica Federal.

O SR. LUIZ RASIA - Eu já conheço o Noel, ele já esteve lá conosco, não sei se chegou a fazer a operação de crédito.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

A Caixa Econômica Federal, durante muito tempo, teve um empréstimo sob hipoteca. Hoje, você vai pegar um imóvel residencial, por exemplo, você não pode hipotecar simplesmente por hipotecar. Não é mais garantia aceitável. O residencial, o imóvel destinado ao uso residencial, já não pode.

Então, não fazemos hoje empréstimo utilizando esse tipo de garantia. A Caixa utiliza somente a garantia do aval dos sócios da empresa. Não é nem terceiros, é o aval dos sócios da empresa. A empresa tem seus sócios, um ou dois, ou individual. A única garantia que a Caixa pede é o aval dele, sócio da empresa.

Agora, durante toda a análise de crédito, tem que se avaliar se, de repente, o comércio dele é viável, quanto hoje ele está ganhando e quanto ele vai ganhar aplicando aquilo que tem lá dentro, para ver se é viável, porque ninguém, em sã consciência, vai entrar em aventura. Nem sempre se pode entrar em aventura e muito menos o banco vai entrar em aventura. Ele vai fazer uma análise, o que isso vai produzir, quanto ele vai aumentar a arrecadação.

E nós vivemos um outro problema muito sério, que é a questão da sonegação. Nós vamos em cima do quê? Em cima do faturamento formal, aquilo que eu posso comprovar para a Caixa que levei em consideração para emprestar algo para alguém. Aquilo que é informal é difícil. Como eu vou provar? Você emprestou para esse sujeito, aqui, baseado em quê? Eu tenho que ter essa informação. Então, nós vamos em cima do formal, o recolhimento simples do COFINS e essa coisa toda. É em cima desses recolhimentos que fazemos uma análise da capacidade de pagamento daquela empresa para poder definir o quantitativo que podemos emprestar a ela e que ela possa arcar com uma prestação mensal.

Agora, a construção de imóvel comercial, por exemplo, ele vai ser garantia do financiamento, a Caixa tem linha pra isso. Nós temos recursos provindo da Caixa, que não são recursos do FGTS, o FGTS não permite, mas com recurso da Caixa nós temos isso.

As exigências disso: tem que ser cliente da Caixa, tem que estar movimentando na Caixa para já termos um histórico desse cliente, para já podermos fazer uma análise maior, porque não é recurso subsidiado, é recurso da própria empresa. Então, temos essa linha de crédito para imóvel comercial.

Para imóvel residencial atendemos com recursos do Fundo de Garantia, que também estão abertos, tanto para o material de construção como para a construção como para aquisição. Essas linhas estão abertas lá na Caixa Econômica Federal.

Ao imóvel comercial temos uma linha específica da Caixa... Tem duas linhas, se ele quiser ir poupando e fazer um consórcio imobiliário. Nós fazemos muito consórcio de carro. É impressionante, mas não fazemos consórcio para comprar a nossa casa. São coisas que acontecem e que... Falhas, falhas minha. Eu também não tenho consórcio de casa, mas, de repente, faço do carro, mas não faço para construir minha casa, não faço para construir meu prédio.

Então, gente, existe isso, só falta a cultura do brasileiro para analisar alguns tipos de saídas que temos colocado no mercado.

Com relação ao Noel, teríamos que fazer uma análise, ver o seu projeto, mas temos linha para imóvel comercial.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Noel, pode ir lá, então, amanhã.

O SR. NOEL - Eu tenho uma pergunta para o Rasia.

É pré-requisito ser correntista da Caixa, quanto tempo de carência?

O SR. LUIZ RASIA - Para algumas linhas da Caixa é pré-requisito, sim, ter no mínimo, às vezes, 12 meses de relacionamento com a Caixa. Isso não se aplica a recursos provindos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

de fundos, como Fundo de Garantia. Se você vai financiar seu imóvel com recursos do Fundo de Garantia, a Caixa não exige nada e você passa a ser cliente dela a partir daí. Agora, quando é recurso da própria Caixa, alguns casos são. Eu preciso de um ano de relacionamento com a Caixa, ou, às vezes, seis meses. Empresas, só com a linha do FAT do projeto, porque atendemos empresas com menos de um ano, ou para implantar ou com menos de um ano de atividade. As outras linhas, só atendemos empresas com mais de um ano de atividade. Isso é a diretoria, a parte lá em cima. Por quê? Porque a Caixa tem que dar lucro. Se ela não der lucro, der prejuízo, a Rede Globo e companhias, no dia seguinte, estarão arrebatando a Caixa: “Fecha, pelo amor de Deus, só dá prejuízo”. Então, nós temos outro grande desafio: ser social e dar lucro. São pressões que sofremos. Temos que ser social e dar lucro. Se não der lucro, o pau desce e a cuia cai. É isso o que acontece.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O Juca só quer falar sobre uma questão da Ivone e aí vamos passar a palavra para o Olímpio, para as considerações finais sobre alguns encaminhamentos, inclusive sobre a pergunta feita, se dá para trazer mais funcionários do Banco do Brasil para o nosso Banco do Brasil, porque a Caixa disse que já está contratando mais funcionários. Agora, o Banco está precisando contratar mais porque, realmente, está faltando funcionário no Banco. Eu me lembro de uma vez que precisavam preencher umas cédulas e foi preciso contratar estagiários porque não tinha funcionários para preencher as cédulas.

Passo a palavra para o Juca e depois encerraremos.

(A SR^a IVONE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Ivone...

Você está questionando que a primeira terra teria 18 anos e teria que ter 5 anos de garantia na terra, então teria que estar desde os 13 anos trabalhando e você está questionando sobre o trabalho infantil? Está correto.

O Moacir Mafra quer fazer uma colocação.

O SR. MOACIR MAFRA - D. Ivone, o objetivo de implantar o Nossa Primeira Terra, aqui no Centro-Oeste não foi implantado ainda, apenas no Sul e no Nordeste do país, mas o Nosso Primeira Terra é para filhos de agricultores que têm um pedaço de terra e aquela terra não é suficiente para ele manter e trabalhar dentro daquela terra. Então, aqueles filhos de agricultores que têm uma terrinha pequena e quer adquirir a sua primeira terra, esse tem direito, independente de provar, porque ele nasceu e viveu na roça junto com o pai. Então, ele não precisa provar nada que é agricultor, porque ele já nasceu e é trabalhador rural. Isso aqui, na região Centro-Oeste, não foi implantado ainda, esse programa Nossa Primeira Terra. Nós queremos pedir apoio do Deputado para que seja implantado esse projeto aqui também, porque no Nossa Primeira Terra o juro é menor ainda do que o projeto global, Deputado, dá incentivo aos jovens para não saírem da origem deles para vir para a cidade. Esse projeto é o Nossa Primeira Terra.

O SR. GILSON - Apenas... Quanto ao problema da Ivone, o Conselho está bastante atento a essas questões.

Nós entendemos que a SEDER-Secretaria Estadual tem dado algumas orientações que divergem um pouco do programa nacional. Então é preciso... Ainda hoje eu fui procurado e tenho questões sérias que estão sendo solucionadas. Então a SEDER tem tido sensibilidade.

Temos problemas? Temos. E essas normativas, essas exigências são um pouco para inibir o desvirtuamento dos programas, assim como aconteceu no próprio Banco da Terra, no Governo passado, que proliferou muita frequência de pessoas que não tinham a menor aptidão para a área, com áreas, inclusive, sem serem específicas e corretas para a agricultura. Temos o exemplo de cinco nascentes ali na região de Porto de Pedra - sessenta famílias o Banco da Terra liberou lá,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

em 2002. Não dá para ter PRONAF lá. Tem cinco pessoas morando lá, inclusive, é área de reserva ambiental. Enfim, várias anomalias ocorreram.

Então, esse Programa Crédito Fundiário, eu não tenho dúvida de que vai atender, sim, a população brasileira e também aqui no centro-oeste. Precisamos nos informar melhor. Algumas exigências que constam ali vieram da SEDER, que não é exatamente aquilo que consta no Programa Crédito Fundiário do MDA, de modo que fiquemos tranquilos porque o conselho está atento a isso e vamos estar programando uma ida a Cuiabá na SEDER. O crédito é para o pequeno mesmo e é para, de fato, existir e é para de fato ter.

Eu quero parabenizar o Deputado Zé Carlos do Pátio por mais esta audiência pública. O senhor tem um trabalho muito profícuo e sério na Assembléia Legislativa, trazendo sempre audiências para a sociedade discutir. O senhor que é um dos batalhadores nessa área específica da agricultura, também tem lutado bastante para o pequeno agricultor, em especial. Então, parabenizo-o e que possamos sair daqui aproveitando esta noite.

E, aos representantes dos bancos, como falou aqui o Rasia, nos anos passados o projeto era esse mesmo, de fechar os bancos. E agora, neste novo Governo, o Projeto é exatamente o inverso, é abrir mais agências e ampliar o atendimento para a sociedade brasileira.

Parabéns, Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu vou passar a palavra para o Olímpio, antes, porém, quero deixar uma observação.

Todos que usaram da palavra, os gerentes, o superintendente, colocaram que no atual Governo do Lula é que está havendo mais financiamento, mais recursos, mais acesso ao dinheiro para o trabalhador.

Mas eu quero colocar que a divulgação está pouca. Hoje, na tribuna da Assembléia Legislativa, eu fiz um elogio à Caixa Econômica Federal porque aquele conjunto habitacional que está sendo construído ali ao lado do João de Barro é com recurso federal, mas poucos têm consciência da parceria do Governo Federal. E acho que tem que haver uma divulgação maior. Esses dados colocados hoje aqui, também, até porque houve uma festa de vôlei, praticamente pouco se falou do Governo Federal. Eu até fiquei sentido e falei para a Senadora da República ver esses lados positivos.

Então, eu quero aqui deixar essa observação, tanto para o BASA, como para o Banco do Brasil, como para a Caixa Econômica Federal, essa questão de proliferar esse trabalho que vem acontecendo. Isso é bom, é positivo, mas nós precisamos melhorar mais ainda.

Por último, quero deixar aqui, Olímpio, que nos ajude com os financiamentos para os produtores, porque eu até estou propondo ao pessoal que pegou o PRONAF-C pagar a primeira parcela, esses que pegaram três, quatro, cinco mil do PRONAF-C, na Cascata, na Aldeinha, no Procódório, na Beroaba, na Água Fria, pagar a primeira prestação e já pegar o PRONAF-B, de dezoito mil reais. Pegou quatro mil, puxa... Já paga a primeira prestação e vai pegar dezoito mil. E o pessoal do PRONAF-A, se quiser antecipar com rebate, pode pegar e já começar para pegar o PRONAF-C, que é de cinco mil de investimento. O custeio não tem problema. Esse aí pode pegar sem precisar pagar a primeira prestação. Mas é importante que o Banco abra cada vez mais.

O problema do banco aqui, Olímpio, o único problema do banco aqui é justamente falta de funcionário. Nós não temos funcionário no Banco do Brasil em Rondonópolis e precisamos aumentar os financiamentos.

Eu vi um estudo do Banco do Brasil - quem me mostrou foi o Moacir Mafra -, quem mais pegou, nós somos um dos Estados do Brasil que menos pegou PRONAF-C e PRONAF-D. Somos o que menos pegou no Brasil. Os senhores sabiam disso?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

Hoje... Eu vou até mostrar esse estudo que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais me apresentou, lá no meu gabinete. É um absurdo! Nós só temos uma boa aplicação do PRONAF por causa do PRONAF-A, que aqui teve uma boa aplicabilidade, mas quanto ao PRONAF-C e ao PRONAF-D, quem mais pegou foi o Sul do País, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo. Esses estão sabendo pegar o PRONAF-D e nós não estamos pegando. Será que o problema é nosso ou é do banco? Será que o banco está sendo exigente demais? O PRONAF-D é 18 mil.

Eu deixo essas perguntas, porque ouvi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais que, inclusive, me mostrou uma documentação e fiquei assustado.

Fiquei feliz quando eu vi... Puxa vida, nós pegamos uma porcentagem altíssima do PRONAF-A referente ao Brasil - não me lembro os dados. Aí, quando chegou no PRONAF-C, foi lá embaixo. A média no Brasil é de 2%, que é a média da população brasileira. Um Estado eminentemente agrícola ter pegado no PRONAF, que é a média da população de Mato Grosso, deveria ter sido muito mais, porque no fundo no fundo, a base da nossa economia é a agricultura e deveríamos ter pegado muito mais PRONAF-C e D. O que segurou o Banco do Brasil em Mato Grosso foi o PRONAF-A. Isso eu quero colocar.

Olhem, eu vou trazer esse material, vou mandar esse material para todas as entidades de classe para analisar o quanto não estamos aproveitando as linhas de financiamento do Banco do Brasil. Aliás, eu, particularmente, sinto que existem bons servidores no Banco do Brasil, mas alguns em setores, parece-me que têm alguns gerentes que põem dificuldade em tudo, enquanto você vê esse que saiu daqui agora, que não põe dificuldade em nada, o Dr. Anísio, mas tem outros que põem dificuldade em tudo. Tudo é difícil. Então, eu acho que o Banco tem que fazer uma reavaliação, porque o papel do servidor do Banco é importante nas linhas de financiamento.

Eu quero deixar isso claro e pedir que realmente se coloque mais servidor aqui para nos ajudar.

Os senhores viram a imagem que a sociedade tem do Banco do Brasil. É uma imagem... A classe trabalhadora precisa ter uma imagem melhor.

A imagem da Caixa Econômica também não é boa por causa das filas, mas só o fato de ter essa agência nova, está se sentindo que há uma predisposição de melhorar.

O BASA tem que se inserir mais na sociedade, está distante da sociedade ainda, está se inserindo, está começando a participar agora.

Eu passo a palavra ao Sr. Olímpio Vasconcelos Calixto para suas considerações finais.

O SR. OLÍMPIO VASCONCELOS CALIXTO - Muito obrigado Deputado.

Só para agradecer - estamos atendendo a um chamamento do Deputado Zé Carlos do Pátio - e cumprimentar os componentes de mesa.

Com relação a funcionários, a situação da Caixa, do BASA e a nossa deve ser mais ou menos igual. Hoje, por ser um órgão eminentemente federal, não totalmente, como eu disse, mas estamos impedidos de contratar funcionários nesse sentido. Se nós fôssemos um banco exclusivamente comercial, o número de funcionários que temos aqui seria suficiente para atender todo mundo. No momento que atendemos o PRONAF, o agricultor familiar, a agricultura de forma geral, que o Banco do Brasil atende praticamente 90% da agricultura familiar no Estado, aí os funcionários já não conseguem atender todo mundo. Então, há uma briga constante com o nosso Superintendente, o Conrado, para trazer mais funcionários de outros locais pra cá. Há dez anos atrás o Banco do Brasil tinha 113 mil funcionários e hoje está com 80 mil, e impedido de aumentar por vários dispositivos legais. Portanto, mantemos os 80 mil, estamos cada vez mais trabalhando e forçando o funcionário a trabalhar até a exaustão. É o que está acontecendo com a maioria dos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

nossos funcionários. E a chance de vir novos funcionários, pelo menos neste ano, é muito pequena. Vamos torcer para que 2005 seja um ano diferente e que possamos trazer mais pessoas para poder melhor atender o produtor.

Então, que fique bem claro que o número de funcionários que o Banco do Brasil tem hoje seria suficiente se fosse um banco comercial normal, mas ele tem que atender o pequeno produtor, não só o pequeno, mas o médio e o grande, a agricultura de uma forma geral de uma forma tão maciça, porque o Banco do Brasil opera com praticamente 65% do crédito rural do país e em torno de 75% a 80% do crédito rural do Estado, até mais. Então, isso é muito complicado com o número de funcionários que tem, porque o produtor rural exige muito mais do que um cliente normal do banco.

Com relação às palavras do Deputado, eu concordo plenamente com o que ele disse. Não somos os últimos, não, mas realmente a maioria do PRONAF vai para o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, devido não a nós, porque, se dependesse de nós, funcionários do Banco do Brasil de Mato Grosso, aplicaríamos muito mais do que eles, como temos conseguido aplicar muito mais em tudo, em outras áreas do agronegócio, mas lá existe uma associação, uma coordenação dos movimentos dos pequenos que realmente faz valer seus direitos, consegue se organizar em cooperativas, consegue ir no banco, consegue fazer uma parceria de forma que todo esse trabalho que o banco faz sai fora e vai para a cooperativa. Quem faz o trabalho do banco lá embaixo é a cooperativa, para ajudar os produtores. Eles fazem as cédulas deles e é esse trabalho que, a partir do dia 19 de julho, vamos estar fazendo. Nós vamos estar pedindo para que as cooperativas, as associações, os assentamentos, as assistências técnicas, todos os Deputado que têm os assessores, que possam fazer essa cédula lá fora do banco. Já está tudo pronto. Ok? Então, é isso que estamos pedindo para que possamos aplicar muito mais do que Mato Grosso aplica hoje na agricultura familiar.

Muito obrigado a todos pela presença, ao Deputado e a todos os componentes da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Que possamos seguir o exemplo do Sul, que é mais organizado e consegue mais financiamento. Eu acho que isso é preponderante.

Passo a palavra para o Superintendente do BASA para que possa fazer suas considerações finais.

O SR. CARLOS ROBERTO BENCKE - Primeiro quero agradecer a minha promoção para Superintendente, eu sou Gerente Regional. Quem sabe um dia. Estou chegando, estou há pouco tempo aqui em Mato Grosso, três anos, a gente chega lá.

Só para reforçar, como o Deputado falou, que não estamos muito inseridos na sociedade, dentro desses recursos novos, principalmente, que estão surgindo para nós do Banco da Amazônia neste ano, até porque, com relação ao PRONAF, não temos todos os recursos trabalhando. Isso é um detalhe. A nossa intenção, o perfil do Banco da Amazônia é um perfil de fomento, principalmente junto ao pequeno, mini e médio produtor, haja vista que em toda a região amazônica, de janeiro a maio deste ano, o Banco da Amazônia aplicou, com recursos do PRONAF, 21 milhões, sendo que em torno de 13 milhões foi para o PRONAF-D. Então, é uma participação considerável para a sociedade também. Infelizmente, não aqui em Mato Grosso ainda... (VIRADA DE FITA).

E quero agradecer a presença de todos neste evento. Sempre que possível, nós estaremos juntos também. Muito obrigado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu queria pedir desculpas, porque eu iria encerrar, mas eu não gosto de deixar ninguém engasgado, querendo fazer uma pergunta. Tem um companheiro aqui que falou só um pouquinho, eu não sei o nome dele, mas eu acho que é uma injustiça não deixar que o companheiro faça sua pergunta, que ele vá embora sem fazer sua pergunta. Eu ficaria chateado comigo mesmo.

O SR. DIVINO PAULINO DE SOUZA - Eu sou da região de Pedra Preta, aqui tem poucas pessoas de lá, tem apenas uma menina que é da agência do SICREDI de Pedra Preta.

Aquela primeira pergunta, fui eu que direcionei, e eu também gostaria de fazer a seguinte colocação: o que falta nas agências? Às vezes, falta informação, outras vezes há informação cruzada, o que foi ou que voltou... Nós temos, por exemplo, lá na região, diversos assentamentos, o Banco da Terra, que é lá no Assentamento Nilson Medeiro. E a primeira parcela do PRONAF deles vai vencer em outubro do ano que vem, de outros será em dezembro deste ano, só que a agência de Pedra Preta rejeitou o recebimento antecipado da primeira parcela deles, para liberar o custeio, como está aí nesse contrato, que é meu.

Lá, na hora, falaram assim: você assina aqui, pagando adiantado, que nós vamos vencer em outubro, e você terá de rebate R\$700,00 do montante. Assim mesmo, pagamos, não teve nada. O pessoal foi lá depois que fomos para pagar e não conseguiu pagar. Até largaram o dinheiro depositado em conta, abriram uma poupança, para não colocarem em conta corrente. Abriram e colocaram, porque não quiseram receber. Então, tem alguma coisa errada.

No evento, nós tentamos conversar com o Superintendente Regional do Banco do Brasil, mas não conseguimos nada. Nós fomos falar com o Luiz Carlos Vilela, que é o Superintendente do Estado, e foi um pau para quebrar, disseram que nós estávamos errados, mas nós conseguimos, naquela questão, aquelas coisas todas, conseguimos pagar, e o restante do pessoal não conseguiu pagar, nem está conseguindo. Eles fizeram projeto, locamento de dinheiro, fizeram tudo, e não pagaram.

Quem quiser tirar a dúvida, pode ir lá na agência de Pedra Preta, pode ir ao Assentamento Nilson Medeiros, são 106 famílias, e lá no Banco da Terra são 75 família, todas estão sem pagar. Eles pagaram para o banco, tiraram e pagaram antecipado, e o banco não correspondeu. São essas minhas perguntas. Infelizmente está tendo essa distorção.

Há uma cobrança em cima do Conselho do Estado, porque o Conselho do Estado mudou a normativa da cartilha do PRONAF, e jogaram em cima do Conselho; aí o Superintendente jogou em cima dos agentes bancários; os agentes não vão pegar dinheiro da agência e distribuir para sem-terra. Sem-terra nunca foi bem visto e nunca vai ser. Então, eu acho que nunca vão pegar dinheiro da agência e distribuir para sem-terra. E isso é uma coisa triste.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Nós pedimos justamente isso. Quer dizer, o pessoal quer antecipar e está tendo problema. E queremos aqui pedir ao banco que fortaleça o cooperativismo também, para que possamos providenciar mais pessoas para fazer mais financiamentos, para que possam sair mais linhas de crédito para nossos produtores. Eu agradeço a presença de todos.

O SR. REPRESENTANTE DO BANCO DO BRASIL - Eu já anotei o número da cédula: Divino Paulino de Souza, 21067. Você pode levá-la. Eu não posso dar uma resposta agora, mas aquilo que o Carlos falar, que o Anísio falar, nós vamos assinar embaixo. Nós da Superintendência temos que fazer um aditivo nisso aqui. Nós podemos fazer uma cédula e escrever: R\$700,00.

Agora, eu só quero que os senhores permitam que eu analise direitinho, para ver se está de acordo. É como o Anísio falou, se houver essa regra na época da assinatura, o senhor terá

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 24 DE
JUNHO DE 2004, ÀS 19:30 HORAS.

esse direito. Só permita que eu retorne isso via agência. Nossa agência entrará em contato com o senhor, se houver alguma coisa errada. Eu prometo essa resposta para segunda-feira. Segunda-feira, nós entraremos em contato com o senhor para dizer se tem ou não - a Dona Fátima está anotando aqui. E eu vou verificar com o Cleverson qual o problema que houve, assim como os outros casos, e nós vamos tomar uma providência. Uma resposta haverá.

Então, se o senhor tiver realmente direito a R\$700,00 de rebate, vamos fazer um aditivo a esta cédula, dizendo o seguinte: quando for pagar a primeira, vai ter o rebate dos R\$700,00. Pelo que eu sei, PRONAF C investimento coletivo tem um rebate de R\$700,00. Nós temos que ver se essa cédula se enquadra como coletiva ou não. Isso eu quero ver. Se eu não me engano, somente dois não adiantam, eu quero só dar uma olhada.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero dizer que sinto orgulho por esta cidade de Rondonópolis e por esta região, que tem um povo muito politizado.

Neste momento, eu declaro encerrada esta audiência pública. Muito obrigado a todos.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha;

- Revisão:

- Laura Yumi Miyakawa;
- Nilzalina Couto Marques;
- Ana Lúcia Bigio;
- Ila de Castilho Varjão.

* Degravação de fita cassete.